

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 77

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de mil novecentos e noventa e sete, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Junho, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:00 horas o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Élio Manuel Delgado da Maia, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Rogério da Silva Leitão, João Gabriel Ferreira Santos e Francisco Manuel Alves da Costa Braga, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Junho, cujos pontos se transcrevem:

PONTO N.º 1 - Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal;

PONTO N.º 2 - Plano de Urbanização de Aveiro - Constituição da Comissão de Acompanhamento;

PONTO N.º 3 - Plano de Pormenor do Picôto, em Oliveirinha, Aprovação;

PONTO N.º 4 - Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, Apresentação e Pedido de Parecer;

PONTO N.º 5 - Eleição de um Representante da Assembleia municipal, para a Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro, nos termos do artigo 12º, do Dec. - Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais: Fernando Tavares Marques e João Pedro Simões Dias.

Seguidamente deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Sr. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete da Apoio à Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a seguinte acta:

Acta n.º 64 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e três votos a favor e duas abstenções.

De seguida entrou-se no período regimental de antes da ordem do dia:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal João da Peixinha:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu pedido de intervenção é sobre o que aconteceu ultimamente na Baixa de Santo António. Eu penso Sr. Presidente, que de uma vez por todas, a Câmara terá que assumir as suas responsabilidades. Aquilo que aconteceu na Baixa de Santo António, não aconteceu há mais tempo porque não calhou, porque há muito tempo Sr. Presidente, que aquelas águas estão paradas, o lago está entupido, como o Sr. Presidente sabe. Não foram nada os senhores pescadores, porque ali não há pescadores. Eu moro lá mesmo encostado e nunca lá vi ninguém a pescar (olhe se fosse em frente à minha casa às tainhas, isso aparecem lá muitos até debaixo daquele lodo), mas realmente lá na Baixa de Santo António, nunca vi e passo lá muitas vezes, nunca vi lá ninguém a pescar, de qualquer forma a falta de refrigeração daquelas águas deu origem à morte dos peixes e não foi mais nada Sr. Presidente. O lago está entupido já há muito tempo, há muito tempo que as águas não circulam e ainda por cima, a refrigeração não é ligada há muito tempo também Sr. Presidente. Por isso, o que aconteceu na Baixa de Santo António, da morte dos peixes, a responsabilidade é também da Câmara Municipal Sr. Presidente. Isto, já que se foge à responsabilidade quando aparece no Parque o óleo e quando aparece o óleo na Ria, também é do “Senhor lá de S. Bernardo ou de Vilar ou não sei quê”. Sr. Presidente, analisem bem a situação, que sabem muito bem que o problema do óleo e mais uma vez eu digo aqui assim isso, o problema do óleo não é de ninguém de S. Bernardo nem de Vilar e se for que chamem a Polícia Judiciária. A Polícia Judiciária que vá ver quem é que realmente anda a poluir o lago do parque e quem anda a poluir a Ria de Aveiro, principalmente ali na zona do Cais do Paraíso, onde realmente aparecem as grandes manchas de

óleo. É uma proposta que eu aqui faço, que realmente se há alguém que não seja a Câmara Municipal que anda a poluir, então que se chame a Judiciária, para que vá ver quem é que anda a poluir lá.

Na última reunião da Assembleia, eu perguntei ao Sr. Presidente e talvez por lapso não me foi respondido, quem era o empreiteiro que andava a fazer as obras no Monumento ao Marnoto. É que Sr. Presidente, aquilo de certeza que não deve ser nenhum empreiteiro, devem ser biscateiros!? Eles começaram há dois meses ou dois meses e meio a tratarem realmente da fonte e há dois meses, Sr. Presidente, que se encontram lá as latas da tinta, as latas da cola, as latas mais não sei de quê, e inclusive um casaco de malha em cima da própria fonte. Aquilo que aqui foi dito, Sr. Presidente, não corresponde à verdade, não é que o Sr. Presidente esteja a mentir, é que talvez por falta de conhecimento realmente das coisas como estão a acontecer. E agradeço que realmente se informasse bem porque esta é a realidade pura e crua.

Outro problema que eu queria aqui pôr, mas atendendo a que pelas informações que li hoje no jornal, a Câmara Municipal vai-se debruçar sobre o Aveiro Basquete ou o Basquete Aveiro, eu não tenho qualquer tipo de intervenção, aguardava para depois, só chamava a atenção do Sr. Presidente, para que realmente nessa reunião de Câmara, as pessoas fossem devidamente esclarecidas e que as verbas que realmente se vai dar a pessoas profissionais, seriam muito mais bem entregues, Sr. Presidente, no caso de ser aprovado, às modalidades amadoras desta terra. Obrigado.”

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Artur da Rosa Pires e Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal Raúl Martins:

“Sr. Presidente, o primeiro assunto que aqui trago, é um assunto de alguma indignação pessoal e nessa indignação represento todas as pessoas da minha rua (e ainda bem que o Sr. Manuel Madail cá está hoje como Presidente da Junta de Aradas), porque de antes de ontem para ontem, no cemitério de Aradas abriram uma porta para a Rua Padre Daniel Rama, para colocar lá um portão perfeitamente inadequado às circunstâncias. Sr. Presidente, aquela rua é uma rua extremamente mal iluminada, dada a práticas menos correctas e nomeadamente era vulgar eu ver quando ia para casa porque é a minha rua. Alguns carros parados, julguei que eram namorados, mais tarde, vim a verificar que aquela zona é muito utilizada porque existem uns limoais lá ao pé e parece que para as pessoas se drogarem precisam de

sumo de limão. Eu não sou entendido nisso, mas eu julgava que eles estavam a namorar e até fazia questão de não olhar, mas mais tarde verifiquei isso. É uma rua que, de mal iluminada e porque tem já uma porta do cemitério para aquele lado, é raro não haver uma datas dessas festivas, "sextas feiras 13" e tal, que não haja bruxarias lá à porta do cemitério, com velas, bolachas, enfim essas coisas. É uma rua onde passam crianças e é uma rua que vai ficar agora fenestrada, precisamente com a existência de uma abertura, com um portão perfeitamente inadequado, um portão que lá estava para ser instalado, é um portão em que qualquer cão entra dentro do cemitério porque tinha passagens superiores a 25 cm de largura e todo aberto de cima a baixo.

Sr. Presidente, queria aqui trazer o meu protesto e o protesto de toda a gente da rua, inclusivamente alguns apoiantes do Executivo e da Junta de Freguesia, porque considero que aquele portão é perfeitamente inadequado. Quando perguntei à pessoa que lá estava para que era o portão, disse que era um portão de saída. Eu nunca vi um portão de saída num cemitério. Um cemitério normalmente tem um portão de entrada, e ele já tem, até tem dois, agora portão de saída nunca tinha visto, mas talvez seja, para sair qualquer coisa por lá. Primeiro, queria perguntar à Câmara, se existe alguma autorização para abertura daquela porta, ou daquele portão. Se foi efectivamente autorizado pela Câmara e quem é que autorizou a abertura daquele portão? Em segundo lugar, no caso de ter sido autorizado, solicito que seja metido um portão, obviamente opaco e decente para um portão de um cemitério e não um portão como aquele que nós metemos nas nossas casas, ou coisa do género, que é um portão perfeitamente inadequado para o efeito.

Segundo aspecto, tem sido badalado ultimamente na imprensa alguns concursos para admissão de pessoal na Câmara. É um assunto que tem causado alguma polémica e eu penso que ultimamente não têm sido feitos nenhuns concursos, porque nem tem sido admitido pessoal para a Câmara. Porque, como o Sr. Presidente deve estar lembrado, um dos pedidos que aqui fiz numa intervenção anterior, numa Assembleia anterior, e ficou devidamente assinalado em acta, foi que o Sr. Presidente da Câmara, sempre que houvesse lugares a preencher fosse aqui publicitado nesta Assembleia, ao que o Sr. Presidente da Câmara anuiu. Como até esta altura ainda não o fez, admito que não tinha sido ninguém admitido para lugares da Câmara. Mas, porque se fala e porque se diz, para que seja bem claro, eu ia requerer ao Sr. Presidente para solicitar à Câmara uma lista de todas as pessoas admitidas na Câmara que tenham laços familiares directos ou com elementos do Executivo, ou com elementos de funcionários superiores da

Câmara, ou até com membros desta Assembleia e obviamente, quando a gente fala que temos de criar um País e obviamente um "Aveiro" melhor para os nossos filhos, é óbvio, Sr. Presidente, que eu considere isso uma metáfora e não para ser aplicado no sentido literal.

Terceiro aspecto, o que eu queria falar, era do que tem vindo na imprensa e do que foi a venda das lojas do Mercado Municipal e nomeadamente, uma afirmação do Sr. Presidente da Câmara que efectivou a Assembleia, segundo dizia a notícia: -"então ninguém quer comprar nada?" pelo menos foi aquilo que foi transmitido pelos jornais, não sei se é verdade porque eu não estive lá, não estou interessado em comprar lá nenhuma loja. Mas isto tudo para reflectir que efectivamente, aparentemente o projecto é um fracasso, uma vez que só foram vendidas três lojas e pelo preço mínimo. E é óbvio que toda a gente esperava que fosse esse fracasso, porque toda a gente obviamente está à espera, ou pelo menos consta-se que, a menos de 200 metros de distância vai ser implantado um grande centro comercial, que obviamente vai ter lojas para vender e onde eventualmente irá ser inclusivamente levantada uma grande superfície, perfeitamente inadequada no meu entender, ao sítio em questão. Aliás, aquele sítio já sofreu, quanto a mim, uma aberração arquitectónica, que é a construção do edifício, que não sei quantos andares tem, porque eles ainda continuam a subir. Todos os dias que lá passo tem mais um andar a barrar a entrada de Aveiro. Em vez de se procurar uma solução arquitectónica, harmoniosa para aquela entrada, está-se a fazer um paredão. Para quem vem de Aradas, debate com um paredão à frente dos olhos antes de chegar a Aveiro. Mas já agora, isso traz-me à ideia um outro problema: não sei em que Assembleia anterior, (alguns elementos desta Assembleia sentiram-se), porque um administrador da nossa praça que é o Dr. Barros Vale, teria feito uma carta, que eu também recebi, solicitando os bons ofícios e a sua compreensão para o problema que a Casal está a viver e nomeadamente, se se podia apressar para fazer efectivamente a implantação lá de uma grande superfície, para o que tem o negócio efectivamente feito. Eu a título pessoal, não sei o que é que o meu Partido pensa, posso dizer em absoluto que não tenho nada que me ligue ao Sr. Dr. Barros Vale, nem politicamente nem pessoalmente, mas como gestor que também sou, louvo a sua pertinácia em tentar resolver aquele problema indo até a coisas que algumas pessoas julgam ridículas. Mas, está a tentar resolver o problema, está a tentar resolver o problema financeiro da Casal, o problema dos funcionários da Casal e eventualmente poderão ser criados novos postos de trabalho nesta zona e eu posso dizer-lhe desde já que para aquele caso, contará sempre com o meu voto favorável e também

poderei já dizer que se for chamado a votar no projecto do Eucalipto e das antigas Glicínias, votarei obviamente contra.

Só para concluir, há muitas pessoas que se sentiram incomodadas quando receberam essa carta, mas certamente não se sentiram outras incomodadas quando receberam o convite para ir a França, da outra grande superfície.”

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais: Olinto da Cruz Ravara e Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Presidente da Mesa:

“Só uma observação, Dr. Raúl Martins. Em relação ao requerimento depois veremos como é que isso pode ser feito, eu julgo que deverá ser feito em nome pessoal, sendo através da Mesa da Assembleia com certeza que terá que ser submetido a votação, ou qualquer outra alternativa, mas isso certamente dependerá da evolução das coisas.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, caros colegas, serei particularmente breve, queria apenas frisar duas questões, uma delas já vem sendo recorrente nesta Assembleia. Sr. Presidente da Câmara, um mandato autárquico tem, se não me falham as contas, 48 meses. Sucede que passaram já 42 meses desde que, em 13 de Dezembro de 1993, a Câmara Municipal deliberou dragar a Ria com o resultado que se sabe. Foi em 13 de Dezembro de 1993. Quer isto dizer, que se passaram já 42 meses de incúria e de desleixo infamantes espelhados quotidianamente nos muros da nossa Ria. Quer isto também dizer, que faltam seis meses para terminar este mandato. Nunca acreditei, Sr. Presidente, que esta situação perdurasse por todo o mandato. Hoje confesso, tenho as minhas dúvidas.

Querida saber de forma inequívoca, se até Dezembro (e lembro que para o fim do Verão faltam apenas 3 meses), a situação estará finalmente reposta, ou se V. Ex.^a se poderá gabar de ter passado todo o mandato com os muros da Ria caídos.

Segundo ponto, e completamente desligado deste. Querida que V. Ex.^a me dissesse o nome do responsável, seja esse responsável V. Ex.^a, seja esse responsável um Vereador, seja esse responsável qualquer técnico, pelo facto de não ser ainda juridicamente eficaz o Plano de Pormenor da Forca-Vouga. Como V. Ex.^a sabe, ao que creio estão neste momento em execução cerca de 30 Planos de Pormenor, milhares e milhares de contos aplicados na sua feitura e o Plano de Pormenor da Forca-Vouga está já em trabalhos há longos anos.

Eu presumo que qualquer dia temos a Forca-Vouga integralmente construída e ainda não temos o Plano de Pormenor aprovado. E é necessário. Isto, vai levar-nos a uma questão que presumo discutiremos ainda no correr desta sessão, que é a questão da boa fé ou da má fé da Câmara Municipal no que diz respeito ao Planeamento Urbanístico. E um parêntesis para os leigos na matéria: se o Plano de Pormenor da Forca Vouga fosse juridicamente eficaz (e para isso, precisa apenas da Câmara propôr à Assembleia que o aprove), enquanto a Assembleia não o aprovar, não é juridicamente eficaz. Quer isto dizer que, licenciamentos desconformes com um Plano de Pormenor juridicamente eficaz, são pela lei nulos. Quer isto dizer que, um cidadão, que descubra que num belo dia em que abre uma janela, vê um prédio construído onde antes não havia prédio nenhum, pode a qualquer momento anular o acto do seu licenciamento e ser ressarcido pela Câmara.

Sucede que na Forca-Vouga, e estou a dizer na Forca-Vouga porque é um exemplo concreto, porque na Forca Vouga temos cidadãos que acordam um belo dia e têm a 90 cm da sua janela um prédio. Quer isto dizer que até há violação do Regime Geral das Edificações Urbanas, o que está até reconhecido pelos serviços técnicos da Câmara Municipal. Sucede que, quando um indivíduo só se apercebe disso quando o prédio já está construído, passaram já mais de dois meses sobre o prazo a recurso contencioso e, portanto, sobre aquele acto de licenciamento nada pode fazer.

E, eu quero saber porque é que, estando o Plano de Pormenor da Forca Vouga há tantos e tantos anos em estudo, tendo já tantos e tantos prédios construídos, porque é que ele ainda não veio aqui? Acaso a Câmara Municipal está interessada em perdurar esta situação, precisamente para que possam surgir prédios a 90 cm de janelas? Eu confesso, que não consigo descobrir nenhuma razão válida para que um Plano de Pormenor como esse ainda não tenha vindo a esta Assembleia, ou pelo menos, não quero descobrir nenhuma razão para um Plano desses vir aqui. Eu gostava de saber de facto, de forma inequívoca, sem tibiezas, qual o motivo porque este Plano, entre outros, não veio aqui.

Porque é uma vergonha, Sr. Presidente, é uma vergonha que estejam neste momento trinta ou mais de trinta Planos de Pormenor e desde há muitos e muitos anos, juridicamente eficazes neste Concelho, há apenas dois: é o Plano de Pormenor da Vila de Eixo e o da Baixa de Santo António, se a memória me não falha. E é óbvio que durante todo este mandato ainda nada aqui veio, aliás, veio um de Sá-Barrocas que vinha mesmo para chumbar, que é para ter o pretexto de quando cá

voltar outra vez, Sá-Barrocas já estará completamente edificada e, portanto, vamos uma vez mais ratificar as tropelias que entretanto, eventualmente se fizerem, como é de prever atendendo à forma como tem evoluído e que se verifica. Portanto, é a resposta simples a estas duas questões, também elas simples, que eu gostaria de ouvir V. Ex.^a. Obrigado”.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Victor Manuel Cepeda Mangerão.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria em primeiro lugar saudar o Sr. Plácido no momento da sua aposentação e de alguma forma, reconhecer o trabalho que ele desenvolveu enquanto funcionário da Câmara nos serviços de apoio a esta Assembleia Municipal, assim como saúdo de forma muito particular, o reforço do apoio à Assembleia Municipal que deixou de ser apenas um funcionário a estar nestes serviços de apoio para passarem a ser dois. Penso que isso poderá contribuir para a melhoria dos serviços e para que sejam vencidos alguns atrasos e algumas lacunas a que o Sr. Plácido não poderia corresponder, porque era humanamente impossível corresponder.

Em segundo lugar, quero saudar e registar com apreço, o envio de uma petição a esta Assembleia por parte dos trabalhadores da Frapil. É evidente que os problemas que são colocados e a petição dos trabalhadores da Frapil, são problemas conhecidos, são problemas que extravasam a competência desta Assembleia. A questão do Teatro Aveirense e a questão do Plano de Pormenor abrangendo os terrenos da Frapil, sendo problemas reais, eles só serão da competência desta Assembleia quando a Câmara aqui os trouxer. Esta Assembleia por si só, não pode tomar iniciativa em qualquer uma destas matérias, mas já que enviaram a petição, aproveito a ocasião, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para questionar a Câmara, para que informe esta Assembleia e através dela os trabalhadores da Frapil, sobre a situação em que se encontram estes dois processos, portanto, o processo da aquisição do Teatro Aveirense e o processo do Plano de Pormenor correspondente aos terrenos. Faço esta recomendação, para que a Câmara faça tudo o que estiver ao seu alcance para que não aconteça em Aveiro aquilo que vi há pouco tempo relativo a uma empresa de Viseu, em que os trabalhadores de uma empresa com salários em atraso se juntaram para comemorar os vinte anos dessa situação. Portanto, os trabalhadores da Frapil já vão há alguns anos assim, vamos a ver se o assunto se resolve depressa para

que os trabalhadores enquanto credores da empresa possam receber aquilo a que têm direito.

A questão seguinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem a ver com a construção do ICI, o famigerado itinerário complementar que nos está prometido há tantos anos e que não há meio de ser construído no troço correspondente ao Concelho de Aveiro e às zonas envolventes. No final do ano passado, esta Assembleia Municipal aprovou uma moção em que apelava aos grupos parlamentares para que incluíssem no Orçamento de Estado para este ano, as obras do ICI. O PCP apresentou uma proposta nesse sentido na Assembleia da República que foi recusada. Entretanto, como de facto as forças vivas fizeram alguma pressão naquela altura, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Sr. Crisóstomo Teixeira, veio aqui a Aveiro e numa reunião no Governo Civil anunciou ou prometeu que o ICI seria posto a concurso em Junho ou Julho deste ano. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tive conhecimento e tenho aqui presente uma informação do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, que regista quais são as obras em curso por parte da Junta Autónoma de Estradas e da Brisa e aquelas que vão a concurso ou que vão ser lançadas ainda em 1997, 98 e 99. E quero comunicar a esta Assembleia que essa relação não inclui o ICI, portanto, não é apenas o não haver notícias, é que um documento oficial do Gabinete do Secretário de Estado não inclui o ICI. Por isso mesmo e tendo em conta essa informação que vou colocar à disposição de todas as bancadas, vou apresentar à Mesa uma Moção, em que tendo em conta esta situação e a importância e a promessa por parte da Secretaria de Estado, esta Assembleia manifeste publicamente a sua preocupação com o adiamento, o que parece ser um adiamento injustificado, e solicitar através da Mesa que o Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território esclareça cabalmente esta situação.

Por último, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na última sessão da Assembleia, no período de antes da ordem do dia, prometi que iria apresentar nesta sessão ordinária de Junho, a proposta de constituição em Aveiro de um Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos. Como o prometido é devido, tenho aqui essa proposta, vou apresentar na Mesa e entregar aos diversos grupos representados nesta Assembleia. Como poderão constatar, a proposta inclui alguma fundamentação da iniciativa e algumas considerações acerca daquilo que entendemos ser, ou dever ser, uma tal estrutura de participação cívica. A proposta destaca a crescente preocupação da população quanto ao aumento da criminalidade e da delinquência e a repetida exigência de maior tranquilidade; exprime a convicção de que a regra fundamental neste domínio é a prevenção e que esta é mais eficaz quando é associada à

intervenção das comunidades locais e por isso mesmo, pode ser útil a criação de uma estrutura de carácter consultivo que se ocupe destas matérias.

Em terceiro lugar a afirmação clara que neste Conselho não há qualquer interferência na cadeia de comando e na actuação das forças de segurança.

Em quarto lugar, a nossa quase certeza que a actividade deste Conselho pode ser útil, até tendo em conta as situações que se vão desenvolvendo um pouco por todo o país, que nem sempre são louváveis, mas que correspondem a preocupações legítimas justificadas das respectivas populações. Um tal Conselho a ser aprovado, não será caso único. O avanço para esta estrutura já foi decidido em diversos concelhos de maiorias políticas muito diversas, já foi decidido na Amadora, no Barreiro, em Leiria, em Oeiras e também de uma forma algo diferente no Porto. No sentido de avançar trabalho e tendo em conta outras experiências, não nos limitamos a propôr a simples decisão de constituição desse Conselho, propomos também em anexo, uma proposta de regulamento que procure definir entre outras coisas, os objectivos, a composição e as regras de funcionamento.

Como é natural, perante uma proposta que e com conteúdo que não foi previamente distribuído, não se pode exigir a sua aprovação imediata. O que pretendemos, tendo em conta até a experiência de trabalho desta Assembleia, é que esta Câmara, se possível, delibere hoje a inclusão da proposta de deliberação e do respectivo regulamento anexo na ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia Municipal de Aveiro."

Presidente da Mesa:

"Sr. Salavessa, eu julgo que a Moção poderá ficar para o fim do período de antes da ordem de trabalhos. Quanto à proposta é evidente que se é apresentada por um membro da Assembleia, portanto isso passará através da Mesa e é a Mesa que inclui na agenda de trabalhos. Agora o que eu não sei é se deseja que a Câmara pondere sobre esta proposta e depois a apresente."

Vogal Armando Vieira:

"Eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse aqui algumas situações, nomeadamente uma que está a preocupar-nos, que é relacionada com a instalação da rede de gás no Concelho de Aveiro. Está-se a desenvolver a reabilitação da Estrada Nacional 335, protocolada pela Câmara com a JAE e simultaneamente, foi-me prometido que a rede de gás na área de intervenção da obra e, portanto,

em toda a extensão dessa estrada no Concelho de Aveiro, seria instalada a rede de gás. Nos últimos dias tenho-me apercebido de que há um retrocesso nesta intenção (e já ontem falei com técnicos da Lusitânia Gás, hoje voltei a insistir e não vou parar), eu tenho esta leitura: eu acho que a Câmara não cuida claramente do interesse dos munícipes nesta questão muito concreta. A empresa pode ter uma intenção economista, é o seu objectivo, tem toda a legitimidade para o fazer, mas a Câmara é que tem que contrapor a esses interesses os interesses do Município e devia exigir, protocolando, o cumprimento rigoroso ou a determinação rigorosa das áreas de intervenção quanto à rede de gás a instalar nas áreas do Concelho. Porque é lamentável, vemos abrir valas, destruir-se a via, ter que ser repavimentada a via e não aproveitar para pôr uma infra-estrutura daquela importância. Eu não posso aceitar a explicação que me foi tentada dar por um Sr. engenheiro Italiano, de que havia também objectivos, enfim, económicos que tinham que ser atendidos, muito bem; são muito respeitáveis, mas a Câmara Municipal não está para defender os interesses económicos da Lusitânia Gás, a Câmara Municipal tem que defender os interesses dos munícipes e das suas freguesias.

Sr. Presidente, por favor, acautele esta situação porque estamos a ser comidos, nomeadamente nós, Freguesia de Oliveirinha, na área de Quintãs. A intenção não é levar o gás até ao fim da obra como nos foi prometido e nós não vamos aceitar isto calados e já tivemos o cuidado de o transmitir aos técnicos da Lusitânia Gás. Eu acho que a Câmara descuidou-se e deveria ter protocolado esta questão rigorosamente, não deixando intervir a Lusitânia Gás se não fossem cumpridos esta vertente do problema, do interesse dos moradores. Não é levar o gás só às empresas, é que já que o gás está aí, também tem que ser um benefício para os munícipes residentes por onde ele passa. E suspeito outra coisa, Sr. Presidente, embora não tenha conhecimentos técnicos para o afirmar com rigor, mas suspeito que a rede que anda a ser instalada, é uma rede de transporte e não está a ser acompanhado de uma rede de distribuição local onde ela está a passar. Suspeito isso e é bom que a Câmara acautele a defesa de todos nós.

Depois deixem-me referir aqui a televisão pública que nós temos. Há dias, a propósito da elevação a Vila de várias freguesias do distrito de Aveiro, cinco, que não foram referenciadas, provavelmente não teriam que ser nos noticiários do Canal 1 da RTP, mas qual é o meu espanto por saber que no dia 9 de Julho e no dia 11 de Julho, o Canal 1 da RTP dito de todos nós, referenciou as freguesias do distrito de Coimbra que foram elevadas à categoria de Vila e nunca se referiu às freguesias do distrito de Aveiro. Também aqui, Sr. Presidente, é bom que

a Câmara proteste para além do nosso protesto constante, porque é que não há uma Delegação da RTP em Aveiro? Porque é que a Câmara de Aveiro não protesta publicamente contra isso? Porque é que Coimbra há-de ter uma Delegação da RTP? Viseu há-de ter uma Delegação da RTP e Aveiro não tem? Quem é que explica porque não? Sr. Presidente, é preciso intervenção pública. É preciso indignação (como dizem os homens do actual Governo), contra este estado de coisas? Se temos também direito à indignação vamos exercê-la em defesa dos interesses da nossa terra e das nossas gentes. Depois, uma notícia de hoje, ainda mais perplexo me deixa e confirma aquilo que eu sempre disse, quando se tratava da defesa dos nossos interesses. Digo aqui alto e bom som e não me tenho cansado de o referir. Os Governos do PSD prejudicaram o distrito de Aveiro, e nomeadamente o concelho de Aveiro. O Governo Socialista de agora continua a prejudicar o distrito de Aveiro e o concelho de Aveiro. Esta é a verdade e ninguém nos defende, ninguém fala em nome dos Aveirenses, ninguém protesta, ninguém reage, e nós continuamos aqui no nosso cantinho calados. As notícias de hoje é que está decidido que a Pista de Remo que pertencamente deveria ir para Cacia, no concelho de Aveiro, vai para Montemor-o-Velho. Mais uma vez fomos comidos pelos Srs. de Coimbra. Oh Sr. Presidente, que atitudes se tomam contra estas coisas? Quando é que nós em conjunto, tomamos uma atitude contra este estado de coisas?

Depois, deixem-me referir aqui uma outra coisa que tive conhecimento: o rega bofe socialista da gestão do País chega ao ponto e ao deslante de na Delegação da Direcção de Viação de Aveiro, de que temos aqui um representante e por acaso agora é Vereador, sabem o que aconteceu meus Senhores? Um engenheiro de carreira, não sei politicamente o que é que o Sr. é nem me interessa, um engenheiro de carreira na área, que era o Director, foi saneado para colocar no seu lugar um engenheiro agrónomo. Com certeza as cartas de condução agora são vistas numa perspectiva da Agricultura. Vejam só o que está a acontecer.

E agora, Sr. Presidente, há tempos levantei aqui um problema que também o Dr. Raúl Martins hoje referiu, que é o tal mamarracho no Eucalipto. Aquele atentado contra o urbanismo de Aveiro, eu fui o primeiro a levantar esse problema aqui; gostaria muito de saber quem é que autorizou aquilo e que cuidados houve na planificação daquela zona? E já agora, porque também falei na mesma altura, queria saber o que é que se passa com o edifício em início de construção nos ex-terrenos da GNR, onde estava o Posto da GNR, que está parado há uns tempos. E já agora, gostava de saber se está parado por intervenção da Câmara e se é para corrigir o que está mal, ou se

está parado por outra questão? Porque se for por intervenção da Câmara, bato palmas e aplaudo a iniciativa no sentido de acautelar o ordenamento urbanístico daquela zona importante da cidade. Convenhamos aqui referir, não tenho medo das palavras que em tempos, já há vários anos, insurji-me fortemente contra o gaveto da Casa Martelo com o Museu, na chamada Avenida Central e hoje está à vista o erro que foi ter autorizado aquele edifício.

Já agora, falando de edifícios e de urbanismo, gostava de saber em que ponto está a pretensa autorização da Câmara Municipal, (negociada parece que verbalmente, não sei se por escrito se não, o Sr. Presidente dirá), da construção que é um crime contra a cidade, não me canso de dizer isto, da torre junto à Ponte de Pau nos terrenos da ex-Fábrica Aleluia. Sr. Presidente, para nos sossegar, está definitivamente posta de parte, foram negociadas alternativas, ou mantém-se? (...) ou de várias, porque é um traço de união entre a estrada que vai para Águeda e a estrada que vai para Cantanhede, e que está como o Sr. Presidente sabe, a afectar uma importante empresa da freguesia da Oliveirinha, porque em tempos e bem intencionadamente alguém da Câmara informou a empresa de que seria municipalizada brevemente, só que esse brevemente já decorreram 3 anos e a empresa está tolhida nos seus movimentos. É uma empresa que neste momento exporta 40% da sua produção, está em crescimento acelerado e deve merecer o nosso respeito e a nossa atenção. Obrigado.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente da Câmara, como é do conhecimento de V. Ex^a., temos lido diversas entrevistas dos Senhores Presidentes de Junta, em que todos se referem com agrado à actuação e à simpatia do Sr. Presidente da Câmara nessas Freguesias. Já disse aqui mais que uma vez, que eu pessoalmente sou recebido simpaticamente e atenciosamente, mas isto é uma atitude pessoal. Eu pergunto: e a atitude política e de serviços? Eu gostava de lhe dizer que o respeito e dignidade que devem presidir às relações entre a Câmara e a autarquia Junta de Freguesia, estão a ser ofensivas à legitimidade de Presidente de Junta; isto o meu parecer. Sr. Presidente da Câmara, já disse aqui mais que uma vez que qualquer iniciativa ou projecto que se faça nas freguesias, devem pedir o parecer e dar conhecimento às mesmas Juntas. Depara-se-me constantemente na Junta de Freguesia da Vera Cruz, em que tudo se faz; dão-se nome a ruas, fecha-se o trânsito, alteram-se placas, fazem-se projectos de dança, fazem-se passagens de modelos. Isto numa atitude bonita, tudo bem, só que, é muito aborrecido para o Presidente da Junta e para a Junta de Freguesia, ter conhecimento destas situações depois

delas concluídas. Eu pergunto, porque não se dá a conhecer à Junta da Freguesia, como se dá sempre a outras Entidades? Porque, ao fazerem-se alguns estudos ouvem-se pessoas e amigos e não se ouvem os Presidentes de Junta. Por exemplo, porque não se dá a conhecer à Junta de Freguesia o estudo da TECNEP? Eu podia alongar-me mais, mas gostava de chamar aqui a atenção que todos devem saber, que numa freguesia a entidade com mais legitimidade e mais representativa, é o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Junta.

Agora, referindo-me a outras situações, na penúltima Assembleia, chamei aqui a atenção da desclassificação que existe na Urbanização da Forca-Vouga. Eu disse aqui que havia ruas sem pavimentação e sem luz. Eu quero referir aqui, Sr. Presidente da Câmara, que a Rua de Angola, hoje a maior avenida da Forca-Vouga, já 80% habitada, não tem luz e tem a pavimentação muito deficiente. Ainda hoje li no Jornal Litoral, um residente a queixar-se que para ir para casa passa pela mata, não tem luz, não tem pavimentos, o que não é nada satisfatório.

Já agora também aproveitava para perguntar e sei que o Sr. Presidente da Câmara já deu ordens para a concretização destes projectos: quando temos água no chafariz da Praça do Peixe? Quando arranjam a inclinação ou declive da Ponte Praça?

Vogal Virgínia Veiga:

“Dos breves pontos que queria abordar, dois deles fazem parte aqui de um apontamento e foram matéria de intervenção do Senhor Salavessa. E as questões são assim: basicamente falou-se aqui de questões prementes em que devemos todos estar extremamente unidos do ponto de vista da reivindicação para Aveiro. Obviamente um deles é o ICI, outro a Pista de Remo e eu agradecia algum esclarecimento sobre essa matéria. Portanto, se efectivamente a pista de Montemor é da ordem daquela que tem sido reivindicada para Aveiro e nessas circunstâncias é de facto, um caso, no mínimo para dar que pensar, porque nós sabemos que não há condições, ou não costuma haver, para se construírem duas pistas de remo, pelo menos com as condições mínimas de pistas nacionais, já não digo olímpicas, como tanto se quer e, portanto, o caso passa a ser efectivamente preocupante. Ou se realmente a pista de remo de Montemor é muito bem vinda assim como será a que vai ser construída em Aveiro, esperamos nós. E, portanto, o pedido de informação é de que me esclareçam, uma vez ouvido o Sr. Tenente Coronel Albuquerque Pinto, em que situação se encontra a reivindicação da pista de remo do Rio Novo do Príncipe e quais as garantias que temos, dadas até ao momento, que seja construída em breve.

Preocupante também a questão de a Assembleia não conhecer até este momento o que esteja aprovado em matéria, inclusive, de contratos relativamente à situação da zona de Forca-Vouga. E, portanto, reitero a posição do meu colega de bancada, Dr. Filipe Neto Brandão e eu própria solicito também ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que, através dele, seja pedido à Câmara o conjunto de elementos de tudo aquilo que possa já estar quer em protocolo quer em contratos-promessa, quer em projectos aprovados para aquela zona, para que possamos depois fiscalizar, como é nossa obrigação, o que se passa na zona Forca-Vouga.

Por último, os trabalhadores em geral. Falou-se aqui hoje de três tipos de trabalhadores: trabalhadores da Câmara Municipal, trabalhadores da Frapil e trabalhadores da Casal. Evidentemente, que relativamente aos trabalhadores da Frapil a minha intervenção é de reforço no sentido de eu (não estou por dentro de todos os pormenores) e as outras pessoas virmos a saber exactamente o que é que pode estar ao nosso alcance no sentido de resolver o problema que se arrasta há excessivo tempo, na medida em que isso possa ser também do foro público e, portanto, do foro do Executivo municipal e eventualmente também do foro da nossa fiscalização.

Relativamente aos trabalhadores da fábrica Casal: com todo o respeito pela situação, na parte que nos cumpre iremos analisar um plano de pormenor. Sem conhecer o plano de pormenor não adianto o meu sentido de voto, mas gostaria de esclarecer, (porque o assunto é a terceira vez que aqui é abordado) para aqueles que não entenderam, que pessoalmente não tenho rigorosamente nada contra e sublinho: - tenho tudo a favor de ser contactada pelos munícipes, sejam quem forem. E se esses munícipes representam conjuntos de outros por maioria de razão. Nunca levantei a mais pequena objecção. E quem quiser que vá ouvir o que aqui foi dito, relativamente ao facto de ter recebido uma carta. O que eu levantei foi objecção por ter recebido através da residência pessoal fornecida pelos serviços da Assembleia. Isso é outra questão. Portanto, a minha crítica foi aos serviços da Assembleia que deram de facto essa direcção dessa maneira que não me pareceu correcta. Era a única questão. É uma questão interna, digamos assim, da Assembleia. Não tenho nada contra, continuo a dizer. Pelo contrário: por favor, se alguém tem alguma questão a colocar em que entenda que eu possa ser útil e de que deva ter conhecimento mais profundo, à vontade, assim eu tenha tempo, porque a disponibilidade pelo menos mental é total.

E, portanto, uma última palavra relativamente aos trabalhadores da Câmara: uma palavra que eu tinha aqui à cabeça de tudo, dedicada ao Sr. Plácido. Eu tinha sugerido que ele estivesse nesta

primeira Assembleia; uma palavra de agradecimento por toda a delicadeza que teve para com todos estes serviços. Mas eu tenho que agradecer em nome pessoal, e, evidentemente, uma saudação de boas vindas e, desejo, de bom trabalho, quer ao Sr. Cartaxo, quer à Sr.ª D. Goreti e, evidentemente, os desejos de maior paciência ainda.

Finalmente, e é mesmo a última questão: relativamente aos trabalhadores da Câmara em geral, eu não me pronuncio sobre parte da questão levantada pelo meu colega de bancada Raúl Martins porque quem lê notícias também sabe, é do conhecimento público, que há quatro trabalhadores que eu represento judicialmente e, portanto, sobre essa matéria não me posso pronunciar. Mas há uma questão, que é a questão de fundo e sobre essa eu posso pronunciar-me, como seja, por exemplo, uma que considero delicada, que é a da presunção de incompetência de familiares. Esta questão (e tenho-me pronunciado publicamente sobre ela), veio a propósito em tempos: se alguém se recorda o "Independente" chegou a publicar páginas inteiras sobre a troca de funcionários feita pelo PSD; o Ministério colocava a mulher do Ministro do Ministério ao lado. E isto acontece. Isto acontece sempre, sejamos claros e sejamos francos. Isto acontece em todos os Governos, isto acontece a variadíssimos níveis da função pública e só pode acontecer porque são sempre familiares de qualquer pessoa.

E em que é que vão dar críticas desta natureza (com todo o respeito pelo Dr. Raúl Martins, mas que eu não subscrevo)? Vão dar nisto: vão dar em que pessoas competentes não possam ser contratadas porque são, por hipótese, irmãs de um Presidente da Câmara. Em contrapartida, se houver alcavalas em algum lado as pessoas fazem o jogo cruzado: tu contratas aí o meu filho que eu contrato aqui a tua prima. E andamos nisto. Portanto, ponto assente: o grau de parentesco não é presunção de incompetência e a discussão desta matéria é perigosa e pode levar a que outros trabalhadores pensem que estão a ser indirectamente atacados ou que, potencialmente, podem vir a ser atacados.

Eu julgo, e julgo poder falar nesse aspecto pelo próprio Dr. Raúl Martins também (ele está aí para me desmentir se quiser), que o Partido Socialista tem presente que os trabalhadores, todos eles, podem ter as posições que tiverem a nível pessoal, o que importa é a competência deles e que ninguém no Partido Socialista põe em causa funções, quando elas são executadas por quem tem competência para elas e em situações realmente de regularidade total."

Presidente da Mesa:

“Eu queria só dizer à Sr.^a Dr.^a Virgínia, que continuo convencido que não foram os serviços de apoio da Assembleia que deram os endereços. E não ficou nada provado, sobre isso não faça acusações.

Neste momento saiu da sala o Vogal Manuel Arede de Jesus e João Alberto Simões Barbosa

Vogal Manuel Madaíl:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas e só apenas um pequeníssimo esclarecimento. O portão que foi colocado é “provisório” na sua estética, pois foi aproveitamento de um que se tirou de outro lugar. Segundo ponto, há um projecto global para o cemitério, o qual foi aprovado há muitos anos pela Câmara Municipal. Terceiro ponto, há pessoas que entram, mas nem todas querem lá ficar, porque eu duvido que algumas quisessem lá ficar, por isto tem que haver portões de saída.”

Vogal Custódio Ramos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, também vou ser muito breve. Era a questão seguinte: dei conta como automobilista de um arranjo de sinais relativos aos parcometros, relativos portanto ao estacionamento pago na Avenida e próximo do mercado Manuel Firmino, enfim, em toda aquela zona. Eu queria pedir a quem de direito, uma explicação de carácter técnico, de carácter legal e do ponto de vista do código da estrada, no sentido de saber se aquela obra do ponto de vista de instalação daqueles sinais, se a obra está concluída ou se está a ser feita por partes. Porque noto que, de facto, entra-se numa determinada zona e falta qualquer coisa dentro da mesma zona. Queria de facto, que a Câmara tivesse a amabilidade de esclarecer dos vários pontos de vista que referi, porque fiquei muito confuso e vejo muita gente confusa naquele novo visual que induz em erro todo o automobilista e vejo muita gente a ser autuada, creio que injustamente, isto sem prejuízo de uma intervenção que possa fazer caso a explicação não me convença relativamente a esse problema.”

Entretanto deram entrada na Sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins e Álvaro Patrício do Bem

Vogal Raúl Martins:

“Era só para dizer, Sr. Manuel Madaíl, meu querido amigo, folgo muito em saber que aquele portão é provisório, de onde depreendo que o portão definitivo não será daquele tipo, será um portão opaco. Também não vejo, Sr. Presidente, deixe-me que lhe diga, qual era a

urgência em deitar o muro abaixo que foi a primeira coisa que fizeram, se ainda não havia o portão para meter lá!? É a primeira coisa. Segunda coisa e relativamente ao remoque que fez que há pessoas que entram no cemitério e nem todas lá querem ficar, eu gostaria de lhe lembrar, como muito bem conhece o cemitério, que a menos de 20 metros de distância do portão que está a ser aberto, há um outro portão para a mesma rua, que é por onde as pessoas de há muitos anos desde que eu me lembro e já tenho 46 anos, as pessoas que querem sair do cemitério para aquele lado saem, e quando vão ao cemitério entram por aquele lado. Aquilo que está a ser aberto não é um portão para saída de pessoas, é um portão para saída de camiões, que é uma coisa diferente, um portão onde passa um camião à vontade.”

Vogal Victor Mangerão:

“Em primeiro lugar, antes que me esqueça, sem ser o direito de resposta, mas é o chamado direito de oportunidade. A questão do chafariz da Praça do Peixe que preocupa e muito bem o Presidente da Junta, se deita ou não deita água; eu penso que agora será melhor esperar, porque se eventualmente o candidato PS à Câmara ganhar, como pretende virar a entrada do mercado do peixe para o lado do canal, o chafariz se calhar, é melhor também mudá-lo para o outro lado e não vale a pena estar a fazer obras para depois desfazer. Foi o que eu vi anunciado.

Em relação à Pista de Remo, que muito bem a Sr^a. Dr^a. Virgínia focou (depois também já tem sido levantada a questão), ou salientou, eu vou utilizar o direito que deu a todos os munícipes. Eu vou-lhe escrever uma cartinha pequena, como munícipe, a si, como representante na Assembleia Municipal, a pedir que meta uma cunha àquela entidade que neste momento, não há dúvida nenhuma, é que manda nos critérios da situação e de colocação destas coisas, que é o actual Sr. Secretário de Estado e eventualmente o Sr. Ministro da tutela dele, que são do Governo actual, não são do Governo anterior. E, tirando estas duas pequenas deixas que são do interesse público e privado, eu iria a um assunto que me está a preocupar um pouco, porque diz respeito realmente àquilo que eu considero fundamental, que é a preservação da imagem da Câmara Municipal. Não é desta Câmara concretamente, é de qualquer Câmara ou de qualquer Executivo que ocupe as cadeiras da Câmara, mas desta Câmara é que estamos a falar.

Eu vou-me referir ao problema suscitado pelo aparecimento na opinião pública, do chamado projecto Basquete-Aveiro. E só o refiro, porque penso que está criado um grande equívoco que tem repercussão política, que pode ter alguns aspectos negativos do ponto de

vista institucional e que de qualquer forma não corresponde, penso eu, à verdade e à transparência que todos nós devemos assumir nestas coisas de interesse público. É que, segundo eu tenho constatado (e não vou culpar os jornais disso), os jornais, os jornalistas de Aveiro limitam-se a transcrever aquilo que lhes é dado neste caso, já comprovei isso. A Câmara Municipal publicamente está a ser interpretada como sendo o líder deste processo, o líder através de interposta pessoa ou de um mandatário específico, (tenho pena que cá não esteja, é uma chatice isto), que é o Sr. Vereador Belmiro Couto. O Sr. Vereador Belmiro Couto, tarde soube que, por acaso nem é filiado do Partido Popular, é uma pessoa portanto, independente, que aderiu ao actual Executivo, que ocupa a par das suas actividades empresariais uma parte do seu tempo como Vereador, a quem estão distribuídos pelouros. Portanto, não está a tempo inteiro está a meio tempo e dentro dessa perspectiva será difícil discernir ao cidadão comum, quando é que o Sr. Eng.º Belmiro Couto, estando presente, participando, sendo protagonista saliente e assumido de um determinado processo, está lá verdadeiramente como Vereador e, portanto, representando o restantes colegas e o Executivo ou está lá apenas, como pessoa individual. Estou eu a dizer e repito, torna-se difícil ao cidadão comum menos bem informado destas coisas, saber discernir. Logo, o que acontece é que, sendo perfeitamente legítimo à pessoa Eng.º Belmiro Couto e, sê-lo-ia na mesma se fosse um marnoto, se fosse Engenheiro de outra coisa qualquer, da CP, ou se fosse dono de um supermercado, seria a mesma legitimidade. Será perfeitamente legítimo a ele, enquanto tal, interessar-se pela problemática clubística, particularmente por uma determinada área de desporto, que é o Basquete, e muito especialmente pela resolução de problemas que afecta uma data de pessoas. Eu penso que o problema começa, é quando essa legitimidade é confundida com a representatividade do órgão municipal, através do qual ele é particularmente conhecido nos últimos anos nesta cidade.

Ou seja, há aqui uma questão que eu ponho neste momento porque considero que é muito importante, à Câmara Municipal, particularmente através da voz autorizada do Sr. Presidente, esclarecer se aquilo que se está a passar à volta deste processo representa uma intervenção decidida pela Câmara Municipal, ou se não for pelo Executivo em termos de deliberação comum, é também a vontade, a opinião do Presidente da Câmara, que é quem delega poderes nos Vereadores que estão a tempo inteiro, ou se pelo contrário, assistimos a uma confusão, e digo confusão um pouco no sentido jurídico do termo, de duas entidades numa mesma pessoa e com alguns efeitos perversos sobre uma dessas nuances dessa pessoa. Ou seja, recapitulando,

tentando fazer a síntese e pondo a questão concreta como eu julgo que deve ser solucionada pela Câmara aqui, e hoje. Ou seja, eu não estou a discutir, reparem bem, não estou a entrar na discussão de prós e de contras em relação, nem às sociedades desportivas, nem a um projecto que possa nascer em Aveiro de sociedade desportiva, concretamente este projecto, não estou a emitir juízos de valor, não estou a dizer literalmente nada, só estou a perguntar à Câmara se considera que deve ou não deve, e já tardou um pouco, clarificar aqui neste local, perante a Assembleia e perante os órgãos de comunicação, se o Sr. Eng.º. Belmiro Couto está mandatado, directa ou indirectamente, para em nome da Câmara protagonizar este projecto da forma como o tem feito. Eu considero isto muito importante até por uma razão, é que estamos em plena época já pré-eleitoral. O fenómeno clubístico em todas as terras, de uma maneira ou de outra, tem a dimensão que tem. Os factos relacionados com estas coisas que são graves, que são as sobrevivências dos clubes, dos seus anseios, os seus projectos, tudo isto tem incidências no eleitorado, tudo isto cria situações que são exploradas, umas vezes com mais, outras vezes com menos boa fé, umas vezes de forma mais delicada, outras vezes de forma mais agressiva. E eu pergunto, se não é ponto fundamental da Câmara neste momento, decidir? Uma coisa é o Sr. Eng.º. Belmiro Couto, enquanto Vereador, estar ali porque a Câmara lhe disse ou o Presidente da Câmara lhe disse: -"Sr. Eng.º., os clubes de Aveiro precisam de levar uma modificação, há esta lei assim assim, a câmara interessa-se pelo fenómeno do desporto, a Câmara tem andado a dar dinheiro de uma forma dispersa, se calhar é melhor dar dinheiro de outra maneira. Agarre no assunto, fale com as pessoas, vejam se chegam a uma conclusão e depois tragam cá isso para a Câmara deliberar. E depois de a Câmara deliberar, eventualmente positivamente, então vamos à Assembleia", isto é uma coisa. Se é isso, que se diga e vamos daí tirar as extrapolações todas, as implicações todas. Outra coisa é, se o Sr. Eng.º. Belmiro Couto, que é Vereador da Câmara, andando neste processo, não tem acautelado que fique bem claro, que é ele enquanto Eng.º. Belmiro Couto e não ele enquanto Vereador da Câmara, que anda no processo da tal forma como tem andado. E eu não estou a criticar minimamente o percurso dele nos aspectos concretos do projecto, não está nada em causa, que fique bem claro. É só saber se é a Câmara que está com ele por trás dele e à frente dele, ou se é ele só. É porque já ouvi declarações de responsáveis desportivos, que me soaram extremamente, desagradavelmente, digamos em termos de elegância, quando coloca a questão assim: "E a Câmara tem de resolver e a Assembleia Municipal tem de resolver", estamos a virar tudo ao contrário de pernas para o ar. Isso não. E quem está por trás dessa confusão é quem à partida não

Belmiro Couto

acautelou com prudência, com sensatez, com equilíbrio, aquilo que está em jogo. Não se podem pisar ovos e pensar que não se fazem omeletes estragadas; há quem ande a estragar desnecessariamente muita coisa nesta gestão camarária.

Vogal Diogo Machado:

“Sr. Presidente, muito breve, não querendo aflorar nenhum destes assuntos. Era só para fazer uma pequena observação, que pensaria não a fazer, mas uma vez que o visado entretanto chegou a esta Assembleia, gostaria de a fazer que é a seguinte: na freguesia de Santa Joana e, portanto, é para o Sr. Vítor Martins que eu falo, há duas ruas na nova urbanização do Griné, uma chamada Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, outra chamada Rua Adelino Amaro da Costa. Obviamente que é por lapso e por desleixo, eu gostaria também de o informar, se possível pedindo que corrigisse, porque ou são todos tratados de igual forma ou o Adelino Amaro da Costa também era Engenheiro.”

Vogal Cruz Tavares:

“Eu só queria realmente marcar a presença com a minha intervenção e a respeito de um assunto que foi levantado pelo Dr. Raúl Martins e que ficou na sala a impressão de que o Sr. Dr. é favorável, na questão do problema das grandes superfícies e das pequenas superfícies. É favorável a um caso não é favorável a outro. Eu julgo que essa questão é pensável, mas a problemática do pequeno comércio, dá-me ideia que tem que passar por uma solução camarária, não tem nada a ver com consumidores, nem com problemas das empresas em relação às grandes superfícies.

É óbvio que, quando isso vier à discussão na Câmara tem que haver um critério. E um critério não pode ser para uma empresa sim e para outra empresa não, tem que se avaliar o mérito de cada um dos projectos e é evidente, que à partida não tenho nada contra nenhum dos existentes. Terei tudo, se os méritos não existirem. Portanto, a posição de partida do Dr. Raúl Martins poderá parecer, se não fosse contestada, que é ambiente geral desta Câmara que teremos um critério para uma superfície, porque até convidam pessoas para irem a França, e temos outro critério para outras superfícies, que actuou e fez pressão de outra maneira. Acho que devemos manter a nossa abertura de espírito e avaliar concretamente os méritos ou deméritos de cada um dos projectos apresentados. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por maioria de vinte seis votos a favor (14 PP 8 PSD 3 PS e 1 CDU) e quatro abstenções (4 PS)

Seguiram-se as seguintes declarações de voto:

Vogal Filipe Brandão:

“Abstivemo-nos obviamente apenas devido à forma como vem redigida a proposta, porquanto, acaba por ser uma votação na base de uma parecença, ou seja, como vem redigida a proposta, a manifestação da preocupação assenta numa parecença, naquilo que, (sic) “parece ser mais um adiamento injustificado”. Obviamente que a preocupação pela construção do IC1 é de todos nós e, portanto, apenas esta pequena insinuação de alguma forma oficiosa, é que poderíamos justificar o não voto”

Vogal Cruz Tavares:

“Eu votei a favor porque nem houve período de discussão que permitisse por exemplo ao Partido Socialista desmentir a afirmação do Sr. Eng.º Crisóstomo Teixeira e eu aguardava que realmente pudessemos ter a sorte de haver um desmentido, não houve. Da parte do Sr. Ministro também ainda não houve e por essa razão justifica-se que esta Moção siga o caminho proposto pelo proponente.”

Vogal Armando Vieira:

“Obviamente que votei a favor porque além do IC1, além deste problema com o IC1 meus senhores, está-se a passar um problema idêntico com a EN 335, que é demonstrativo da inoperância deste Governo. Se os Senhores tiverem o cuidado de viajar de Aveiro para a Palhaça, ou para Cantanhede, vêem o caos, a situação tenebrosa daquela estrada, que esteve entregue ao empreiteiro pelo anterior Governo e que este Governo congelou, anulou o concurso, prejudicando uma vez mais o Distrito de Aveiro. E o IC1 é uma prova flagrante do desleixo do Governo com relação às infra-estruturas desta importância do Distrito de Aveiro, e da inoperância do Sr. Governador Civil e dos Comissários políticos que o envolvem.”

Vogal Diogo Machado:

“Votei a favor desta Moção, exactamente porque no texto vem lá a palavra “parece que” e exactamente porque nós estamos de boa fé nestas coisas do interesse público e do interesse do nosso Concelho, se realmente parece que, estamos também de boa fé à espera

que o Sr. Secretário de Estado desminta e diga que "parece que afinal não é".

Vogal António Salavessa:

"Votei a favor desta Moção não só por a ter proposto mas porque entendo que é a medida adequada neste momento e que solicitando através da Mesa o cabal esclarecimento desta situação, ficaremos em condições após a resposta, de propôr ou não, outras medidas mais fortes do que esta."

De seguida o Sr. Presidente da Mesa passou à leitura da Proposta de Criação do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Aveiro, apresentada pelo Sr. Salavessa nos seguintes termos:

PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em Sessão Ordinária, após tomar conhecimento da proposta de constituição de um Conselho Municipal de segurança dos Cidadãos de Aveiro, delibera no sentido da sua inclusão, como ponto específico da Ordem de Trabalhos da próxima Sessão, ordinária ou extraordinária, deste Órgão Autárquico.

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Rodrigues Simões.

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, eu entreguei um exemplar deste documento a cada bancada. Entretanto, admito que o documento ainda não tenha circulado por toda a bancada. Daí que eu requeria ao Sr. Presidente que a votação desta proposta de deliberação, fosse remetida para o final dos trabalhos de hoje, para que o documento possa circular e possam formar opinião acerca dele, porque senão não faz sentido fazer a votação já, sem essa avaliação. Acho que se evitava também a leitura de toda a proposta que é relativamente extensa."

Presidente da Mesa:

"Tudo bem, eu só a estava a interpretar, nem sequer estava a pensar fazer a leitura da proposta. Oh Sr. Salavessa desculpe lá. Eu não estava a admitir fazer a leitura da proposta, porque não estava a pensar que estivéssemos a apresentar a proposta para decisão. Estava unicamente a apresentar a proposta para ser submetida à discussão noutra sessão, noutra reunião que não hoje. Portanto, eu não sei na realidade se entende que deva excluir neste momento essa apresentação."

Tudo bem. A proposta é sua, mas o que eu estava a apresentar era unicamente uma proposta de inclusão desta matéria noutra Assembleia.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, como a Mesa entender, não faço nenhuma questão. Eu só coloco a reserva que porventura as bancadas não colocarão de poderem não ter ainda conhecimento para poder votar esta proposta de deliberação. É apenas isso, mais nada. Por mim é evidente que estou preparado para a votar e votar favoravelmente.”

Vogal Custódio Ramos:

“Sr. Presidente, queria expressar uma opinião de ordem metodológica, que é o seguinte: eu leio neste documento que o proponente sugere que a Assembleia delibere obrigatoriamente, portanto imperativamente, que a Mesa inclua na próxima reunião, seja ela extraordinária ou ordinária este assunto. E eu nesta forma tão restritiva, confesso que não estou muito de acordo. Acho que se devia dar à Mesa a elasticidade, para a Mesa incluir segundo a melhor condução dos trabalhos desta Assembleia Municipal. Porque avizinha-se o período de férias, brevemente estaremos no pico do Verão e há outros temas, porventura, mais urgentes que este, porque não me consta que haja tanto perigo para a segurança na região que vá sobrepor-se no agendamento de outros temas.”

Presidente da Mesa:

“Isso é uma reflexão, compete ao proponente decidir se na realidade quer manter o texto tal como está, ou se considera que possa ser incluído numa próxima sessão da Assembleia. Eu gostava que o Sr. Salavessa se pronunciasse e que definisse na realidade se quer, porque a Mesa não quer ficar com responsabilidade de incluir esta matéria neste momento ou noutra qualquer. Portanto, em princípio será para incluir neste momento e com o texto que entender.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, a capacidade de fixar ordem de trabalhos, é evidente que pertence à Mesa. Mas pertence também à Assembleia, aliás nem sequer é preciso uma votação maioritário da Assembleia para ser obrigatório o agendamento num ponto de ordem de trabalhos, basta que um outro número de membros da Assembleia subscreva essa decisão. Entretanto Sr. Presidente, eu deixo esta questão ao critério da Mesa. Se a Mesa entende que pode incluir brevemente num ponto da ordem de trabalhos, sem mais discussão, esta proposta, não faço questão na

votação da deliberação. Se a Mesa tem dúvidas a esse respeito, é evidente que a proposta de deliberação tem que ser votada.

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente é só para interpelar a Mesa no sentido de realmente agendar para a próxima reunião, até porque nos argumentos que aqui foram aduzidos anteriormente, são um pouco contraditórios dentro da própria bancada do PS. Quero interpelar a Mesa no sentido de que realmente agende a discussão desta proposta da bancada da CDU, para a próxima sessão."

Presidente da Mesa:

"Sr. Salavessa, desculpe lá mas eu queria isto muito clarificado. Portanto, se me apresenta que tem que ser na próxima sessão, eu submeto à votação e se a Assembleia aprovar a proposta assim, eu tenho que incluir, não fico com elasticidade nenhuma. Se me propõe que seja numa próxima sessão, nessa altura se a Assembleia concordar, será incluído na próxima ou se não for possível noutra e eu justificarei porquê. Portanto, é só uma questão de alterar o texto que está a apresentar. Agora, eu não posso se a Assembleia aprovar o texto como está, tem que ser mesmo numa próxima. Mas isso tudo bem, o Sr. é que resolve e a Assembleia e eu limito-me a cumprir."

Vogal António Salavessa:

"Eu repito que não é próxima reunião, é próxima sessão, ou ordinária ou extraordinária, é o que vier acontecer".

Presidente da Mesa:

"Eu só queria dizer uma coisa: nós não podemos numa Assembleia (isto para clarificar e para evitar depois confusões futuramente), deliberar sobre assuntos tão importantes, como seja de facto este ou outros que até tenham menos importância mas que sejam decisivos, sem estar incluído na ordem de trabalhos, porque nós votámos agora uma coisa que foi uma Moção mas que não tem carácter deliberativo. Agora, as coisas que possam ter um carácter deliberativo, não podem ser votadas sem estarem incluídas na agenda."

Vogal Custódio Ramos:

"O que está em causa é que o proponente pretende que esta proposta de deliberação seja hoje assumida por esta Assembleia, no sentido de que na próxima sessão se discuta este tema. E o que está em causa é esta Assembleia politicamente deliberar, impor à Mesa que assim seja. Isto significa o seguinte, significa que para nós é mais preocupante

a falta de segurança na região de Aveiro do que discutir planos estratégicos, do que discutir planos de pormenor, de discutir muitos outros temas, porventura que a Câmara em conjugação com a Mesa tenham que agendar. E o que eu disse foi o seguinte: é distribuído o regulamento de criação do Conselho Municipal que o Sr. Salavessa propôs e muito bem. Agora, impor à Mesa que seja na próxima, eu considero errado. O que o Sr. Salavessa pode, é ele próprio pedir o agendamento à Mesa e não obrigar esta Assembleia a dizer, não senhor ou sim senhor. Então, que requeira à Mesa o agendamento e a Mesa deliberará oportunamente entre si, entre os 3 Membros. Essa é a via que eu considero mais democrática no sentido da condução dos trabalhos, no interesse, na prossecução do interesse público deste Município e não estarmos a impor prioridades sob a condução dos trabalhos, porque eu penso que há assuntos do concelho de Aveiro muito mais importantes. A Câmara é que tem em conjugação com a Mesa de os definir e nunca nós daqui com questões, que a meu ver não são prioritárias. São importantes mas não são prioritárias, portanto, quem está a ser a favor do interesse geral do Município sou eu e não são aqueles que querem só fazer um brilharete no sentido de que tem que ser hoje agendado este tema.”

Presidente da Mesa:

“A proposta está apresentada, o proponente não a altera. Eu só tenho que a submeter à Assembleia se admite, se a proposta é admitida.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a admissão da Proposta de criação do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Aveiro, tendo a mesma sido aprovada por maioria de vinte e dois votos a favor e sete abstenções.

Sr. Presidente da Mesa:

“A proposta está admitida e na realidade esteve-se a discutir se deveria ser agendada na próxima reunião e em que modalidade, etc. Portanto, aquilo que se esteve a fazer foi discutir exactamente a proposta. Portanto, estou convencido que na realidade a discussão deste assunto está feita, porque a proposta depois de desenvolvida a matéria que está em causa, essa não é para discutir agora. Portanto, o que eu perguntava agora é se alguém mais quer falar neste período de discussão da proposta, que é a introdução deste ponto numa próxima sessão e depois disso passávamos à votação para saber se a podemos introduzir numa próxima agenda ou não.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves

Vogal Victor Mangerão:

“Sr Presidente, há uma votação que foi feita, o que permite o mais permite o menos. A votação que foi feita é para a inclusão deste assunto na próxima agenda, pressupõe que se sabe. Foi essa a votação que me puseram. É a admissão desta proposta e esta proposta diz concretamente: “ ... inclusão, como ponto específico da Ordem de Trabalhos da próxima Sessão...” Portanto, foi esta proposta que eu votei favoravelmente, não me venham dizer que não; eu tenho-a na mão. E eu em relação a isto quero fazer uma declaração de voto, que é assim que mandam as regras, não quero ir para discussão nenhuma. Votei favoravelmente a inclusão da Proposta de Constituição do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Aveiro, apresentada pelo representante da CDU, para ser incluída como ponto específico da ordem de trabalhos da próxima sessão ordinária ou extraordinária deste Órgão Autárquico, porque considero que o tema pode ter a importância que tem mas reveste-se de uma data de aspectos equívocos e sob pena de o continuarmos a arrastar indefinidamente, é melhor assumir de uma vez por todas a discussão desta intenção da CDU, que já vem de trás, do que estarmos a querer fugir à responsabilidade desse afrontamento. Tenho dito.”

Vogal Filipe Brandão:

“ A minha intervenção só surge devido à intervenção há pouco do meu querido amigo Diogo Machado. Uma vez que, a manter-se a forma como estava redigida eu votaria e votarei contra, quero anunciar que, (está admitido à discussão, a seguir vai-se votar se sim se não, pronto) se não for alterada a redacção no sentido de, em vez de se entender que deve ser incluído na próxima sessão, ordinária ou extraordinária, eu sinceramente entendo que não deve ser extraordinária, estou desde já a anunciar que, por devido a esse pressuposto formal da redacção, não votarei favoravelmente esta Moção.”

Vogal Diogo Machado:

“Sr. Presidente, na sequência da discussão que aqui foi produzida antes da votação da admissão e que agora está a ser continuada, eu apenas direi que votei favoravelmente a admissão e que vou votar favoravelmente o agendamento para a próxima sessão, exactamente porque na sessão em que aqui foi discutido este assunto,

apresentado e bem no seu entender, pelo Sr. João da Peixinha, da bancada do Partido Socialista, ele foi-o aqui apresentado como sendo uma situação de urgente resolução. Ele está aqui e pode-me desmentir se assim não foi. Ora, agora muito me espanta que os próprios senhores da bancada do Partido Socialista... (desculpe, desculpe, Oh Sr. Presidente eu penso que ainda não falo chinês) o que eu estou a dizer é simplesmente que este assunto que o Sr. Salavessa quer discutir na próxima sessão, também não é do meu agrado, como se calhar não é do vosso, também não é. Mas pode ser uma discussão que produza soluções para um problema que a vossa bancada do Partido Socialista aqui levantou, como sendo urgente e reclamando rápida resolução. Desculpem, mas é isto que eu estou a dizer, nunca disse em lugar nenhum desta discussão que era a favor do Conselho de Segurança. Nunca disse! Nem os Senhores me ouvirão dizer na próxima discussão. Portanto, quem estão equivocados são os senhores e estão-se a contradizer perante esta Assembleia e perante a comunicação social. E por favor não desvalorizem o sentimento de um elemento da vossa bancada, de que realmente há situações de violência que precisam de ser resolvidas nesta cidade. Na altura em que esta discussão foi proclamada e foi tida nesta Assembleia, nós da bancada do Partido Popular, aqui dissemos, que a situação não era tão grave como os senhores podiam fazer crer, e lembro-me perfeitamente e está em actas, que até o próprio Sr. Custódio Ramos, aqui disse que a situação pedia uma rapidíssima resolução. Portanto, é neste sentido que eu admiti e que eu peço que este assunto seja discutido na próxima, sabendo de antemão que vou aduzir os meus argumentos quanto à criação deste Conselho de Segurança.”

Neste momento saiu da sala o Vogal Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Vogal Custódio Ramos:

“Estou a ver que a preocupação é de tal ordem que o Conselho de Segurança tem que ser transferido para a ONU. O que o camarada Peixinha exprimiu, foi uma preocupação muito circunscrita a uma zona (ele disse qual foi, o Senhor se têm boa memória, lembre-se de qual foi), não tem nada a ver com a constituição de um Conselho de Segurança, que obviamente abrange todo o Município de Aveiro e arredores. E dá ideia que então a Câmara de Aveiro, de maioria CDS/PP, de facto não tem feito nada em prol desta matéria. Afinal, os

Senhores é que se estão a contradizer. O colega Peixinha circunscreveu à zona do Alboi esta preocupação e não foi deste montante."

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa, apenas para lhe pedir que esclareça o Sr. Custódio Ramos, que o que está aqui a ser tratado é uma futura discussão da constituição ou não de um Conselho de Segurança nesta terra. Caramba."

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, a proposta foi admitida, eu produzi ou aduzi a posição justificativa quando da apresentação da proposta. A proposta tem ela mesmo um texto justificativo, não vou entrar nesses pormenores agora, pedia que se passasse o mais rapidamente possível à votação da proposta. Antes disso, queria apenas afirmar o seguinte: não me venham por favor, com argumentos de que o "assunto A" é mais importante ou mais urgente que o "assunto B" e menos urgente que o "assunto C". A ordem de trabalhos de uma Assembleia Municipal, permite a inclusão de dezenas de pontos: já aqui tivemos ordens de trabalho com 11, com 12, com 13, com 14 pontos; foi possível cumprir durante o período que a lei prevê para a realização das Assembleias. O Sr. Presidente saberá, caso a Assembleia decida no sentido da sua inclusão, saberá o lugar na ordem de trabalhos, que este assunto lhe deve merecer. Não há nada na proposta que vincule a que seja o primeiro ou o último ponto da próxima sessão. Fica ao critério do Sr. Presidente avaliar qual é a urgência ou não, para si e para a Mesa, da urgência relativa em relação a todos os outros assuntos que a ordem de trabalhos venha a incluir."

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, uma vez que está admitida esta proposta, estamos na sua discussão com vista à votação seguinte. Devo dizer que respeito muito as minorias, em especial a ínfima, porque é a mais pequena, a ínfima minoria da CDU, mas não posso aceitar que haja propostas que denunciem uma prepotência dessas minorias. Os termos em que a proposta está redigida não deixa margem de planeamento, de processamento de uma próxima agenda e impõe à maioria da Assembleia o trabalho, meritório evidentemente, da minoria, da ínfima minoria desta Assembleia. Não temos nenhuma obrigação de ser conduzidos pelos desígnios, por mais meritórios que sejam, dessa minoria. Foi aqui exposta claramente uma abertura, foi oferecida a hipótese de esta questão ser de facto discutida numa próxima Assembleia, dado o mérito

da questão; trata-se de uma questão de segurança. Eu não aceito (não vou votar), que isto seja obrigatoriamente discutido na próxima Assembleia.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, este é um tema já várias vezes, introduzido nesta Assembleia e não há dúvida nenhuma que não interessa a esta Assembleia e ao Município arrastar o tema ou mostrar que existe algum receio de o discutir. A discussão deve ser aberta e, portanto, eu entendo que o tema deve ser discutido com alguma urgência. Porém também estou de acordo, quer dizer, considero que efectivamente a CDU através do seu proponente, ilustre proponente, deveria ter outra maleabilidade, não deve impor à Assembleia e ao Sr. Presidente. A Mesa até tem dado mostras sobejas de maleabilidade e de não querer protelar os assuntos que lhe são postos; a Mesa é extremamente cuidada, portanto, esta Assembleia, no meu entender, também não deve sujeitar-se a pressões deste tipo. E portanto, eu embora anuncie já que vou votar a favor, não queria deixar aqui na discussão este jeito de protesto contra, como muito bem disse o Sr. Eng.º Cruz Tavares, “uma prepotência de uma minoria”. Também estou de acordo com as minorias, não estou de acordo com as prepotências. Acho que foi sugerido com suficiente abertura, pela bancada do Partido Socialista que o proponente podia ter alguma maleabilidade para confiar à Mesa a hierarquização do tema e a Assembleia tem a consciência da sua importância e, portanto, não deveria ter sido assim posta. De qualquer maneira, sem comprometer votos sobre a substância, sobre concretamente o regulamento, eu entendo que isto deve ser discutido com urgência, portanto anuncio já que vou votar a favor.”

Vogal Olinto Ravara:

“Sr. Presidente, caros colegas, eu votei pela abstenção. Não me parece que esta seja uma questão premente, no entanto gostaria de me pronunciar sobre o conteúdo da proposta. Eu não estou de acordo que tenhamos que discutir este assunto já na próxima sessão, não estou de acordo. Penso que nós temos aqui um agendamento deveras complexo e rico, que nos é capaz de absorver durante várias sessões. Há também um outro aspecto, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer: a questão da segurança, é uma questão que é delicada, é uma questão que penso que para ser convenientemente discutida, ela deve ser objecto de uma ampla participação, não apenas da Assembleia mas também dos agentes da segurança e de todas as partes que são interessadas nesta matéria.

Portanto, julgo que faria mais sentido, pois, fazer-se um debate sobre a segurança que a Assembleia pudesse participar, mas que não se restringisse apenas à Assembleia. Acho que isso é uma questão que devia ser ponderada até pelo próprio promotor da proposta. Eu, conforme a proposta está redigida, eu vou votar contra."

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa pôs à votação da Assembleia a referida Proposta de Deliberação do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Aveiro. Posta à votação veio a mesma a ser rejeitada, com onze votos a favor (8 CDS + 2 PSD + 1 CDU) treze votos contra (6 PSD + 7 PS) e 4 abstenções (4 CDS).

Seguiram-se as seguintes declarações de voto:

Vogal António Salavessa:

"Votei a favor desta proposta porque considero que ela corresponde aos interesses do Concelho no sentido de uma maior segurança e tranquilidade pública; votei a favor desta proposta na convicção de que a escola democrática ensina que não é prepotência um elemento fazer uma proposta a uma Assembleia e que a Assembleia é soberana de decidir no sentido que entender. É isso que a democracia me ensina."

Vogal Diogo Machado:

"Votei a favor da inclusão desta proposta na próxima agenda da próxima sessão desta Assembleia, exactamente porque não concordando com a substância que envolve a criação do Conselho de Segurança, entendi e entendo ainda que era um bom ponto de partida para que esta Assembleia pudesse discutir, pudesse abordar este assunto de uma forma séria e de uma forma aberta. Muito me espanta que mesmo na própria bancada do Partido Socialista, pessoas que aqui levantaram o problema da segurança nesta terra, venham agora votar contra a discussão deste assunto que lhes permitiria até apresentar novas propostas, propostas consentâneas com aquilo que eles entendem, deve ser a resolução deste problema."

Vogal Virgínia Veiga:

"Votei contra e se não estou em erro é a segunda vez que voto contra uma proposta da CDU; a primeira teve a ver com uma questão relativa ao 25 de Abril e votei contra por uma questão de

metodologia. E aqui o problema é exactamente esse, eu votei contra por uma questão de metodologia que tem a ver com o seguinte: em meu entender pessoal a metodologia utilizada para apresentação desta proposta que poderia ter sido previamente entregue, era dar uma hipótese às pessoas para que a pudessem ponderar, sendo que poderia ter-se usado aqui o comportamento habitual de ter pedido a simples suspensão de dez minutos nos trabalhos para que todos pudéssemos analisar a questão da substância. Por essas duas razões já aduzidas, a saber: ponto n.º1, porque era pré-sabido da parte do proponente que a questão era complexa e no entanto não deu a substância da própria proposta a analisar em tempo oportuno de maneira a não fazer prolongarem aqui os trabalhos; em segundo lugar, não foi capaz sequer de propôr a esta Assembleia uma simples suspensão de dez minutos para que o pudéssemos fazer, levando a que perdéssemos imenso tempo com um assunto que poderá, e virá certamente a curtíssimo prazo, a esta Assembleia, nem que seja pela via em que já veio, isto é, a questão dos horários dos estabelecimentos onde os munícipes levantaram este problema. É que, desta feita, não demoramos dez minutos, demoramos o tempo que é conhecido para chegarmos ao ponto zero.”

Vogal Custódio Ramos:

“O voto contra, não significa que estejamos contra as preocupações da segurança. O que estamos contra, é a imposição a esta mesma Assembleia através da Mesa, de que tenhamos que discutir um texto sobre o tema “segurança”, rigorosamente na próxima sessão e sobretudo com a agravante, quer seja ela ordinária ou extraordinária. Alertámos a Assembleia e o proponente, que podia em devido tempo ter tomado providências no sentido da sua alteração. A teimosia e talvez, Sr. Salavessa, a obsessão mais pela campanha eleitoral que se avizinha do que propriamente pelo tema de fundo, redundou em que efectivamente a proposta não passou mas não está nada perdido, do ponto de vista da discussão do tema numa próxima Assembleia.”

Vogal João da Peixinha:

“Votei contra, por pensar que a resolução do problema que pus a esta Assembleia, passa por outros meios e por outras formas e não pela criação de um Conselho de Segurança Municipal.”

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª. PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, João Gabriel Ferreira Santos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais: Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raúl Ventura Martins e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos, usou da palavra:

Presidente da Câmara:

“Relativamente às questões que foram levantadas, vou tentar dar as respostas possíveis, porque nem todas as questões levantadas ou perguntas feitas, são possíveis aos Presidente da Câmara saber. De entre elas, há algumas referentes à responsabilidade que aqui parece de querer ser assacada ao Presidente da Câmara quanto à morte de alguns peixes no lago da Baixa de Santo António. Eu penso que o Sr. Deputado Peixinha não quis atribuir ao Presidente da Câmara esse problema, porque eu não visito o Parque, não tenho conhecimento suficientes para estar atento às questões que resultam do Parque. Julgo que a sua proposta terá sido mais um lamento, como todos nós lamentamos que tenha acontecido, do que a questão concreta de quem é o responsável pelo acontecimento trágico da morte de alguns peixes naquele lago. Aquilo que foi publicado no jornal é que de facto o incomodou. A informação que eu tenho é a informação possível naquele momento para

dar resposta à situação colocada em termos da comunicação social. E, se há algum entupimento eu não tenho a certeza (não posso saber mesmo), não ando lá dia a dia para saber se entupiu algum dos lagos. Ainda agora ao jantar casualmente, encontrei o encarregado dos jardins que coloca várias hipóteses e me explica como é que funciona aquele sistema e que para ele, pelo tamanho dos peixes, a diversidade dos peixes, eles não nasceram lá, nem vieram do lago. Até admite que tenham sido lá lançados. Vamos estudar bem o processo, vamos averiguar mais, para podermos chegar a alguma conclusão.

Quanto ao Marnoto, a informação concreta e recente que tenho, é de que a firma a quem foi entregue o tratamento da impermeabilização, porque é todo um problema de impermeabilização, chama-se Tratamentos Técnicos de Betão, S.A. de Lisboa. É ela responsável pelo atraso. O trabalho (pela informação do técnico da Câmara responsável pelo acompanhamento) só poderá ser feito com tempo seco e quando iniciaram a obras houve interrupções diversas, porque foi chovendo descontinuamente o que impediu que se terminasse de uma só vez a impermeabilização daqueles espaços.

Quanto à questão de haver funcionários com familiaridade a outros funcionários, a membros de Câmara, a Presidentes de Junta também, porque não, eu não posso impedi-lo porque todos eles podem concorrer, não é impeditivo, não é proibido. Dispensamo-nos de referir em pormenor, porque é um assunto que eu não domino, é um assunto em que o Presidente da Câmara assina naturalmente a abertura de um concurso, autoriza que se promova esse concurso e depois há júris constituídos, há outros membros de Câmara que tomam parte nesse júri e daí saem os resultados. Não há intervenção pessoal do Presidente da Câmara na forma como são efectuados. Inclusivamente, nestes concursos as provas escritas não são feitas por funcionários da Câmara, são feitas pelo CEFA e noutros casos por empresas especializadas para apresentar os temas, os assuntos, que são fechados e são abertos no próprio momento em que as provas se realizam.

Quanto ao Plano de Pormenor da Quinta do Simão Sul, é assim que se chama, recordando todo aquele plano de pormenor conjunto, era a zona industrial que vinha até junto do Feira Nova. Todos nós conhecemos aquilo que foi feito em termos de interesse na defesa de trabalhadores da Casal. Todos nós naturalmente sentimos esse problema, as dificuldades da empresa e naturalmente que o votámos para ajudar a resolver os problemas dos operários de uma fábrica histórica, de uma fábrica tradicional, uma fábrica que nós temos naturalmente todos na memória pelo contributo para o desenvolvimento de Aveiro, que é a Casal. Isso não dispensa que não se tenham os

dar resposta à situação colocada em termos da comunicação social. E, se há algum entupimento eu não tenho a certeza (não posso saber mesmo), não ando lá dia a dia para saber se entupiu algum dos lagos. Ainda agora ao jantar casualmente, encontrei o encarregado dos jardins que coloca várias hipóteses e me explica como é que funciona aquele sistema e que para ele, pelo tamanho dos peixes, a diversidade dos peixes, eles não nasceram lá, nem vieram do lago. Até admite que tenham sido lá lançados. Vamos estudar bem o processo, vamos averiguar mais, para podermos chegar a alguma conclusão.

Quanto ao Marnoto, a informação concreta e recente que tenho, é de que a firma a quem foi entregue o tratamento da impermeabilização, porque é todo um problema de impermeabilização, chama-se Tratamentos Técnicos de Betão, S.A. de Lisboa. É ela responsável pelo atraso. O trabalho (pela informação do técnico da Câmara responsável pelo acompanhamento) só poderá ser feito com tempo seco e quando iniciaram a obras houve interrupções diversas, porque foi chovendo descontinuamente o que impediu que se terminasse de uma só vez a impermeabilização daqueles espaços.

Quanto à questão de haver funcionários com familiaridade a outros funcionários, a membros de Câmara, a Presidentes de Junta também, porque não, eu não posso impedi-lo porque todos eles podem concorrer, não é impeditivo, não é proibido. Dispensamo-nos de referir em pormenor, porque é um assunto que eu não domino, é um assunto em que o Presidente da Câmara assina naturalmente a abertura de um concurso, autoriza que se promova esse concurso e depois há júris constituídos, há outros membros de Câmara que tomam parte nesse júri e daí saem os resultados. Não há intervenção pessoal do Presidente da Câmara na forma como são efectuados. Inclusivamente, nestes concursos as provas escritas não são feitas por funcionários da Câmara, são feitas pelo CEFA e noutros casos por empresas especializadas para apresentar os temas, os assuntos, que são fechados e são abertos no próprio momento em que as provas se realizam.

Quanto ao Plano de Pormenor da Quinta do Simão Sul, é assim que se chama, recordando todo aquele plano de pormenor conjunto, era a zona industrial que vinha até junto do Feira Nova. Todos nós conhecemos aquilo que foi feito em termos de interesse na defesa de trabalhadores da Casal. Todos nós naturalmente sentimos esse problema, as dificuldades da empresa e naturalmente que o votámos para ajudar a resolver os problemas dos operários de uma fábrica histórica, de uma fábrica tradicional, uma fábrica que nós temos naturalmente todos na memória pelo contributo para o desenvolvimento de Aveiro, que é a Casal. Isso não dispensa que não se tenham os

cuidados de planeamento que a lei determina. Naturalmente, que todos tivemos algumas pressões. É a preocupação de alguém que está a administrar uma empresa em aflicção, é legítimo que nos preocupemos como acabo de dizer, mas aí diz dessa preocupação, as decisões apressadas ou fora do normal em termos de planeamento, em termos dos pareceres, vai uma distância muito grande.

Quero informar de que hoje de manhã me foi apresentado o último parecer que a CCR teria de dar sobre este Plano de Pormenor. Chegou hoje à Câmara Municipal, via fax, um parecer que não li, apenas despachei para o meu gabinete de planeamento, para o ler, interpretar e dar o parecer, anexar ao processo e submetê-lo a reunião na próxima 2ª Feira, se esse parecer for possível até lá, caso contrário, terá de ficar para uma outra reunião. Nesta matéria como noutras, o trabalho tem de ser cuidado, não podemos apressar-nos e se alguém se sentir de certo modo mal, ou por alguma pressão, é que nós também a tivemos, não nos sentimos mal, compreendemos as situações, trabalhamos para o povo, trabalhamos para as pessoas e não vivemos só pelo prazer de estar, de ser e da nossa opinião pessoal. Esta informação que eu posso dar, o Dr. Mendonça depois poderá esclarecer mais em pormenor alguma coisa, tem acompanhado nos últimos tempos mais directamente essa questão.

Quero ainda dizer em termos de planeamento, que na zona de Santiago, no Sul de Santiago, onde terminou a habitação social e se fez uma construção de custos controlados, não há mais construção. Há pouco, foi aqui apontado com intenção maléfica, não sei se já acabaram em altura aqueles prédios, se ainda vão crescer mais uns andares. Aqueles prédios já têm telhado, já não crescem mais andares. O que eu quero informar esta Assembleia, porque acho que o devo fazer, uma vez que foi levantada questão, é de que já não haverá mais construção naquela frente, que aqui foi dito não ser muito bonita, porque aparece como um tampão para quem vem de Ílhavo, e eu até entendo que não é tão feia.

Quanto à outra questão da Rua Mário Sacramento, aquela torre que está também na parte final, não sei agora quantos andares tem, mas deve ter dez andares, é uma deliberação tomada talvez há mais de 6 ou 7 anos, não é uma deliberação de agora, é um compromisso assumido, corresponderia ao resto de construção do chamado "comboio amarelo" porque há ali um espaço ainda por acabar de construir e é tido na época como sendo uma entrada com alguma imponência, registasse uma rotunda que vai ali ser feita, que está prevista num outro Plano de Pormenor que terão de apreciar e é dentro desse pensamento e dessa envolvência de planeamento que nasce aquele bloco como encerramento da Rua Mário Sacramento. Não é uma decisão recente, é uma decisão já

antiga, é um compromisso assumido, a obra avançou logo que o construtor se definiu, dentro dos prazos de licenciamento.

Os muros dos canais, é esta Câmara que não tem acção, que não desenvolve, pois é! Agora o que eu posso dizer é que é a Câmara que os tem que reconstruir, porque não é verdade, a Câmara não os destruiu, a Câmara dragou a Ria, não foi destruir os muros, como é evidente. A Câmara fez o que o Estado nessa altura não fez e hoje vai fazer aquilo que o Estado não quer fazer. Está a fazer uma candidatura aos fundos comunitários no valor de 300 mil contos, destinou para ali essa verba após um protocolo que está assinado pela Direcção geral de Portos, felizmente conseguiu-se isso; em termos da Direcção Geral de Portos e a Câmara Municipal custearem 25% , ou seja 11 500 para a Direcção Geral de Portos e 11 500 para a Câmara Municipal. O aviso de concurso para a recuperação dos muros para uma 1ª Fase de trabalhos foi para publicação hoje, será possível portanto, ainda durante este ano a adjudicação pelo menos, à empresa que vier a ganhar. O esforço foi grande, houve posições negativas, esperávamos que de facto das entidades marítimas tivessem integrado no decorrer destes anos o arranjo destes muros nos planos de ordenamento e expansão do Porto de Aveiro, mas não o fizeram. Teve de ser conquistado todo este apoio da parte da Direcção Geral de Portos, depois do compromisso desta Câmara de, aproveitando verbas que lhe foram concedidas pela CCR, que poderiam ter ido para outras obras, disponibilizou essa importância, cerca de 300 mil contos que estão candidatados e comprometidos, digamos assim pela CCRC.

Sobre o Plano da Forca-Vouga, tudo o que está a ser feito, falou-se logo aqui no Plano da Forca-Vouga, de boa fé ou má fé. Não sei porque é que se há-de falar de má fé? Nós estamos de boa fé e estivemos sempre em tudo. Aquele Plano da Forca-Vouga que aqui referiu o Dr. Filipe Brandão, ele referiu-se à Forca-Vouga que está em construção. É um estudo urbanístico feito há uma dezena de anos, loteamento da Câmara Municipal, que vendeu esses lotes, e as coisas não podiam parar mais naquela área. Na outra área, ou seja Norte da urbanização Forca-Vouga, Sul da Forca-Vouga, há três designações em termos de planeamento e entendimento do gabinete, que é Alameda. Logo, aquela zona Norte da Forca, Norte da Alameda até às Escolas Secundárias e depois Frente Sul do Parque, são os nomes que lhe são atribuídos em termos técnicos, que é toda aquela área da Mobil até ao Pingo Doce. Essas zonas não avançaram em termos de aplicação dos Planos também já existentes, porque tiveram de ser enquadrados no Plano de Urbanização que está em marcha, e ainda pelo Plano de Pormenor da EN 109. Se porventura, houver qualquer pedido neste momento para esta

zona que ainda não tem aqui aprovado pela Câmara e por esta Assembleia, esse Plano de Pormenor, utilizar-se-á a prerrogativa do PDM. Neste caso há um avanço bastante grande, porque o Plano de Urbanização está a aproximar-se da possibilidade de ser apresentado em ante-plano desse plano de urbanização, por isso, mesmo não têm sido passados alvarás ou licenças de construção para aquelas zonas que não estão ainda nestas condições que acabamos de referir.

Sobre a aquisição do teatro Aveirense, já aqui esclareci que temos neste momento uma proposta a ser discutida, também hoje mesmo recolhemos um parecer do Advogado que acompanha esta matéria proposta, que a Administração da Empresa colocou à Câmara com duas vertentes. A primeira posição é esta: a Câmara compra só quotas e não o Teatro; se assim for, na proposta apresentada, o montante já aceite por ambas as partes, é aquele que já é conhecido pela Assembleia por toda a gente. Sendo a venda do Teatro, o imóvel em si, a empresa pretende rever as condições já combinadas em termos de preço. Esta proposta foi submetida ao nosso Advogado, não li ainda o parecer, embora tenha chegado hoje, vou lê-lo, não posso dizer concretamente qual é de facto o parecer, que nós naturalmente vamos ler com muita atenção, e só depois poderemos discutir a matéria. A Câmara Municipal não se pronunciou ainda sobre esta proposta da empresa, está agendada penso eu, para reunião de Câmara de 2ª. Feira. Duas situações recordamos, a revisão do montante que foi combinado há alguns anos atrás e que montante esse aceite pelo Ministério da Cultura, protocolado já por duas vezes, antes pela Secretaria de Estado da Cultura, agora pelo Ministério da Cultura, ou a compra de acções, dando-nos a entender a proposta da Administração que será possível a Câmara Municipal poder comprar 90% dessas quotas. Vamos estudar e quando chegar a hora de vir a esta Assembleia, virá uma proposta concreta com os pareceres e com a situação clara.

Quanto ao ICI, da relação que vi, não se pode tirar ilação de que não virá a ser aberto o concurso em Junho ou Julho. A minha esperança é de que o compromisso assumido inicialmente pelo Sr. Secretário de Estado, que afirmou a todos os Presidentes de Câmara da região que estão interessados que rapidamente se construa o ICI, foi a de que em Julho seria aberto o concurso. Eu tenho a informação de que o projecto já foi feito, está já aprovado de forma a possibilitar esse concurso. Mais adiante, depois desse compromisso, fomos informados numa reunião também com o Sr. Ministro de que isso poderia acontecer já em Junho deste ano; ainda não terminou o mês de Junho, ainda não terminou o mês de Julho e se a promessa era para Julho se for em Agosto

ou Setembro, ainda vem a tempo, e virá sempre a tempo nós precisamos do ICI.

A rede de gás na EN 335: mantém-se o acordo existente com a Lusitânia gás, de que a rede de gás se estenda até à "Estação da Luz", ou seja, até ao limite do concelho. Algumas hesitações que têm surgido nos últimos tempos é a de acautelamento por parte da Câmara Municipal, relativamente ao trabalho que a Lusitânia Gás vem fazendo nos arruamentos, que já fez e vai continuar a fazer. Vamos acautelando e submetemos à sua apreciação um protocolo de responsabilidades em termos compensatórios pelos danos que ficam depois da abertura de valas, embora recuperadas pela empresa, nem sempre são bem recuperadas e algumas das recuperadas, com o tempo obriga a que se ponha um tapete mais rapidamente do que aquilo que a Câmara pensava, em termos da programação da sua despesa. A apresentação desse protocolo a estabelecer, terá criado alguma paragem e alguma hesitação por parte da empresa Lusitânia Gás. De qualquer modo, é preciso referir de que a empresa tem a sua intenção, que é levar a rede onde naturalmente se vai ter maiores consumidores. Se alguma alteração houver relativamente à estrada, porque ela está de facto a receber o saneamento, está a receber até onde vai neste momento o gás, e seria de todo útil e importante que tudo isso se processasse até ao limite do concelho e ficasse já a estrada com o tapete, com carácter definitivo e não estarmos com remendos. De qualquer modo, se houver algum problema técnico relativamente à introdução da rede de gás até ao final do Concelho, isso não impede que em outros arruamentos possa a Lusitânia Gás aceitar a alteração, de forma a que a rede caminhe na estrada na ligação para Oliveirinha através dos arruamentos mais populosos que são também o contributo para a criação de clientes.

Em relação à torre junto à ponte de pau, o que está autorizado já há alguns anos a esta parte, obedece também a um estudo para aquela área, a que corresponde do lado Norte do canal àqueles dois edifícios. Daquela lado Sul também o plano previa a construção mais ou menos daquela altura, não sei bem qual o número de pisos, não sei concretamente a cêrcea desse edifício, porque, e eu já falei aqui nisso, já expusemos aos Srs. Deputados as nossa preocupações e elas têm sido a de conseguir evitar que isso aconteça. A empresa tem o direito de o fazer, a Câmara negocia neste momento com muita intenção com o proprietário, no sentido de evitar que isso aconteça. Com certeza que, para estas preocupações não nasceu agora uma ideia nova, não há mais prédios, não há mais cêrceas, o Plano Director diz-nos o que é que pode ser feito, mas nasceu uma nova maneira de ver de toda aquela área, tendo em conta as preocupações que hoje nos são já apresentadas, não

pela nossa apreciação, mas também nos são apresentadas pelo Plano estratégico, por outros documentos, por outros estudos que estão em marcha, essencialmente, pela visibilidade dada pela Ponte de pau e pelo Centro de Congressos, que depois da sua abertura nos motiva a ter muita cautela com o que se vai construir naquela área. A Câmara está atenta, vai com certeza fazer um esforço muito grande para conseguir, sem grandes despesas alcançar aquilo que pensamos, mas uma coisa é certa, pelo menos aquela área que me recorde agora e outras também, mas aquele em frente à própria Fábrica Jerónimo Pereira Campos, tem compromisso com vinte ou vinte e um anos, por escritura com eficácia real e hoje vamos discutir se isso se mantém, mas foi assim que ficou nessa escritura. De modo que queria que ficassem, Srs. Deputados, com esta informação, que é a luta, é o cuidado que estamos a ter, tendo encomendado a um gabinete de planeamento um novo estudo, um novo plano, para com ele podermos jogar, podermos negociar com algum dos proprietários daquela área, porque a Câmara Municipal, exceptuando algumas áreas do lado da Feira de Março, do lado Sul, não tem qualquer terreno, portanto terá que contratar, acordar, protocolar com os proprietários as alterações porventura, até resultantes de contratos que porventura existam naquela área.

Em relação ao chafariz isso é complicado. O chafariz, o lançamento de água é interior e na época em que ele foi feito meteram-lhe canos de ferro que apodreceram. Agora, dizem os técnicos, só cortando o chafariz para lhe meter um outro tipo de tubo e tirar aquele que lá está. Isso, pelo menos a mim não me parece correcto, estar a partir o chafariz sem ver um estudo mais atento. Já foi também lançada a hipótese de abandonar esta ideia e colocar uma outra tubagem exterior, ou por rasgo ou colada.

Quanto ao projecto basquete, foi posta aqui esta questão, perguntando à Câmara se a Câmara já tomou decisão, se aprovou, se vai fazer parte da Associação Desportiva? Não. A Câmara não discutiu sequer este problema, que está a ser colocado na comunicação social. O Sr. Vereador do Desporto, nas suas competências como Vereador do Desporto, tem participado em encontros ou reuniões, tem ouvido os clubes, o Beira-Mar, o clube de Esgueira e os Galitos, porque lhe tem sido postas essas questões e ele próprio lidera de certo modo também essa matéria (ele poderá explicar melhor), simplesmente, não é por mandato da Câmara, ou seja, que a Câmara tenha já lido o Decreto, analisado, encontrado as conveniências ou não de fazer uma sociedade. A Câmara irá pela primeira vez na próxima reunião de 2ª. Feira, ouvir o Sr. Eng.º Belmiro e terá que começar a entrar no processo para perceber

e então depois tomar qualquer decisão, se for essa a proposta do Sr. Eng.º Belmiro.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Artur da Rosa Pires e Gonçalo Nuno Caetano Alves.

Vereador Victor Silva:

“Em complemento do que o Sr. Presidente disse e a propósito dos muros da Ria, queria juntar a minha voz à voz do Dr. Neto Brandão, porque nem o outro Governo nem este ainda resolveram o problema dos muros da Ria. Eu digo isto pelo seguinte: o único pecado que a Câmara cometeu na minha óptica, foi ter pago o trabalho que lá foi feito em termos de dragagem. Já aqui foi explicado mais de uma vez, porque fizemos isto com base num projecto feito pela JAPA, com a fiscalização da responsabilidade da JAPA e que enfim, os muros estavam velhos e caíram; se calhar nem foi só por isso, mas a fiscalização não foi feita pela Câmara, não temos técnicos com essa especialidade. Mas, ao ser assumido pela JAPA, houve muitas deslocações à Direcção Geral de Portos, houve compromissos, houve um vaivém de situações e ainda estamos por resolver o problema. Eu já há uns tempos levantei o problema na reunião de Câmara, dizendo que não me calaria enquanto não fosse revista esta situação e agora encontrou-se uma forma de resolver isto; espero que dê resultado e desses compromissos havidos saiu hoje ou ontem, para publicação no Diário da República o lançamento do concurso. Mas gostaria de dizer que esta situação penaliza-nos bastante, mas penso que cabe grande parte da responsabilidade à tutela da JAPA e sobretudo ao Ministério aqui falado.”

Vereador Henrique Mendonça:

“Eu também gostava de dar alguma achega àquilo que já foi apresentado pelo Sr. Presidente, nos pontos que me podem eventualmente, directa ou indirectamente dizer respeito. Eu li recentemente num órgão da comunicação social associado a um processo de reclamação, relativamente a um concurso em que não intervim, eu li que também haveria efectivamente um filho de um Autarca actual da Câmara, que também teria sido num júri por mim presidido, promovido a, salvo o erro, técnico superior. Primeiro, tratava-se de um elemento da Câmara; depois, tinha todas as condições para ser técnico superior e em terceiro lugar foi o único candidato que me apareceu para ser entrevistado. Das provas também constava a entrevista e foi o único

que apareceu para ser entrevistado. Não posso agora garantir mas tenho a certeza, de que esperei algum tempo para que um outro candidato também aparecesse, o que não veio a acontecer. De maneira que foi classificado esse candidato, depois teve o seu período de estágio, depois foi a nota de estágio atribuída e assumiu as funções de técnico superior.

Um outro problema que eu gostava de referir, porque também me foi feita essa pergunta, é quem é que é responsável pelo Plano da Forca-Vouga ter demorado tanto tempo? Posso ser eu, não tenho problema nenhum de dizer que também posso ser. Simplesmente, o que acontece é que, quando o plano de Forca-Vouga inicialmente constante de 3 planos, salvo erro, a Norte, da Alameda e a Sul, estava praticamente pronto, surge o PU, surge o Plano da 109. Há necessidade de coordenar tudo e têm decorrido reuniões, que continuam a decorrer, para coordenar sobretudo as ligações de um plano com o outro a nível de ruas.

Um outro aspecto que eu gostava de referir é que a Frapil tal como escreveu para a Assembleia Municipal também o fez para a Câmara e a sua comunicação chegou-me às mãos. Focava dois aspectos que eram o Teatro Aveirense e o PP dos terrenos, eu pedi que me informassem relativamente ao estado do PP que abrange os terrenos, a verdade é que tenho a noção plena de que os interessados estão em constante contacto com os elementos que da Câmara estão a fazer esse Plano.

Falaram também do antigo edifício da GNR, que é que acontece com isso? Acontece uma coisa que me parece muito simples, embora se tenha complicado. Foi reconhecido há anos, isto pelo que me contam, a necessidade de efectivamente se colmatar a parte final da Rua Capitão Sousa Pizarro e que para esse efeito, o interessado não estava de forma nenhuma motivado para alindar o pequeno edifício que lá tinha; a Câmara resolve vender-lhe um terreno para ele construir. Logicamente quando se dá a demolição daquela parte em frente à Sé para abertura da Avenida Central, nota-se que havia ali um desfasamento de alinhamento. Estamos em negociações, há uma proposta já apresentada que está a ser analisada e que irá a uma das próximas reuniões da Câmara, porque efectivamente se chegou à conclusão de que o avanço dessa construção não se coadunava com o alinhamento pretendido.

Relativamente à construção da torre junto da Ponte de Pau, eu suponho que se reporta a um loteamento que consta daquele núcleo que é circundado pela Ponte de Pau e pelo arruamento ali aberto. Pois também há compromissos, havia o Plano inicial; houve um loteamento aprovado para esse terreno; depois havia uma diferença de áreas; houve

um pedido de alteração do alvará. Reconhece-se entretanto, que ali não deverá em princípio haver aquela construção inicialmente programada; está a negociar-se também em vários campos, até num Plano de Pormenor; está a negociar-se no sentido de uma melhoria de qualidade da construção, para efectivamente se reduzir esse aspecto."

Vereador Belmiro Couto:

"Só para fazer um breve esclarecimento. É evidente que o Vereador em exercício na área do Desporto, no caso eu próprio, não tem que ir à Câmara pedir licença para falar com os clubes. O Vereador quando tem um diálogo a fazer com os clubes e de algum modo propor, dialogar, encetar contactos para o desenvolvimento de acções, não tem que ir pedir licença à Câmara. É evidente, se fosse um assunto de negociação ou de grande responsabilidade, isso teria que ter acontecido e provavelmente aconteceria; mas aquilo que se passou até aqui, foi um conjunto de conversas informais de elaboração de um projecto para então instruir uma proposta que vai finalmente à Câmara para deliberação. É evidente, que nada passaria sem que a Câmara deliberasse e ir até posteriormente à Assembleia se for o caso da Câmara aprovar a possível participação nessa sociedade. E, portanto, numa fase anterior não tinha que ir à Câmara rigorosamente nada, houve sim um acompanhamento, umas conversas com o Sr. Presidente para estar a par de tudo aquilo que se ia passar.

Agora, o problema que aqui aconteceu foi que estamos numa sociedade democrática e a comunicação social mediatiza aquilo que lhe apetece e que entende que é de facto importante. E este assunto por ser importante, a comunicação social, de facto, mediatizou e isso é bom. Penso que veio contribuir para que toda a gente discutisse, para que toda a gente pensasse, toda a gente de algum modo reflectisse esse tema e estivesse até mais preparado para futuramente vir a discutir."

Neste momento saiu da sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Vogal António Salavessa:

"A intervenção da Câmara do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, suscita-me alguns comentários. Primeiro, o Sr. Presidente acredita, é um optimista por natureza, já tive ocasião de constatar isso várias vezes, é um optimista por natureza e o que eu queria sublinhar é que esta nota do Gabinete que o Sr. Presidente tem conhecimento, não sustenta de modo algum esse optimismo. Nós estamos de facto perante uma relação das principais obras de infra-estruturas rodoviárias da

Junta Autónoma. É evidente que se olhar para a relação não falta nenhuma página, porque começa no IP2, passa o IP3, muda de página no IP7, continua na página seguinte no IP8 e passa aos IC's e começa no IC4, não há o IC1, nem o IC2, nem o IC3.

Nós temos nesta relação obras em curso, obras a lançar no 2º. Semestre e obras a lançar em 97, 98 e 99. Portanto não consta, daí que parece-me que tem pleno cabimento a Moção que foi apresentada, no sentido de esclarecimento da situação e depois cá estaremos para ver. Aliás, é tradicional este tipo de situações. Enquanto que há obras de outros pontos do País que são incluídas textualmente no PIDDAC, estas do distrito de Aveiro nunca são incluídas textualmente no PIDDAC; ficam sempre em pacotes para gestão ulterior e como não são inscritas textualmente no PIDDAC, são esquecidas de acordo com a pressão política. Ora, se são os Srs. que têm dito frequentemente e eu estou de acordo, que não há lobbie suficiente de Aveiro ao nível da Assembleia da República, ao nível do Governo, é evidente que o Distrito é sistematicamente preterido em função de outras regiões. Cá estaremos então para ver dentro de algum tempo.

Quanto à questão das sociedades desportivas, é evidente que é aos sócios das colectividades que cabe a decisão sobre a transformação da sociedade em sociedade desportiva, da associação em sociedade desportiva, ou a opção pelo modelo especial de gestão previsto na legislação em alternativa à sociedade desportiva. É evidente, que o Governo do PS foi por maus caminhos e impôs de alguma forma às associações desportivas, violando os próprios princípios constitucionais que garantem a liberdade de associação e a não interferência do Estado na vida das associações que praticam desporto. O Governo foi por caminhos, em que torna mais fácil para a gestão do desporto profissional, a criação das sociedades desportivas do que a manutenção de um outro sistema de gestão, portanto, as consequências, por exemplo, para os Directores de clubes que não adiram ao modelo das sociedades desportivas, são mais gravosas do que os sócios gerentes das sociedades desportivas (o PS criou aqui uma situação muito complicada). Mas repito, quem tem que decidir nesta matéria, são os sócios das colectividades; mas isso é uma coisa. A outra é o Município participar ou não nas sociedades. É uma questão completamente diferente, não tem nada a ver com a primeira, são dois níveis de decisão completamente diferentes. E sobre esta questão da participação do Município, eu queria dizer ao Sr. Vereador Belmiro Couto que as coisas não são bem assim, porque não há nada no Plano de Actividades desta Câmara, que aponte no sentido (e que foi aprovado pela Assembleia), da constituição de sociedades desportivas; não há nas conclusões do fórum do desporto que

houve em Fevereiro (é evidente que não havia a legislação correspondente nessa altura), nada que do ponto de vista programático aponte para esse tipo de modelo. É evidente que o Sr. Vereador não se pode envolver em qualquer tipo de compromisso, sem antes ter pelo menos o aval da Câmara ou o aval da Assembleia Municipal. Se não há compromisso muito bem. É evidente também que a este nível a Assembleia Municipal terá sempre uma palavra a dizer, visto que nada retira a competência da Assembleia Municipal. Espero é que as coisas não estejam depois tão avançadas que seja praticamente uma questão de facto consumado.”

Vogal João da Peixinha:

“Sr. Presidente, sobre a morte dos peixes, o que eu disse foi que a Câmara Municipal algumas vezes tinha que assumir também as suas responsabilidades. É que quando esta Assembleia põe aqui qualquer problema; do problema do vandalismo era com a Polícia, a Câmara não tinha nada a ver com aquilo; com o problema dos óleos era o “gajo” de S. Bernardo e depois eu fiz há bocadinho e disse há bocadinho, se a Câmara Municipal tem a certeza que o problema dos óleos do Parque e os óleos que aparecem no Cais dos Moliceiros, que chame a Polícia Judiciária porque alguém anda a poluir a Ria. Se tem a certeza que não é a própria Câmara, então faça isso.

Sobre os peixes Sr. Presidente, há meses, há meses, Sr. Presidente, que as águas estão paradas no lago de Santo António; não tenha disto a menor dúvida. Eu só não quero avançar mais aqui assim, porque posso pôr aqui em causa algumas pessoas, Sr. Presidente, e eu não queria pôr isso. Por isso, o que eu digo Sr. Presidente, aquilo que aconteceu (e eu por acaso estava lá, por coincidência, porque moro ali perto e frequento o café, que tenho que atravessar aquilo): as águas estavam paradas, aquilo cheira mal há muito tempo, o Sr. Presidente ficou-me de dizer já há muito tempo também, porque é que não há barcos no lago do Parque e é a mesma causa, é que aquilo cheira mal, as pessoas não podem lá andar de barco, o Parque não é limpo e aquilo que aconteceu não foi nada os pescadores furtivos nem ninguém. Se é uma resposta que a Câmara deu para salvar a imagem da Câmara, porque não é, desculpe, foi isto que veio no jornal Sr. Presidente, não é verdade, a verdade é que aquilo está roto e não se pode ligar ventilação do ar. Esta é que é a realidade e é indesmentível e se tiver alguma dúvida sobre isso eu convido as pessoas para ir falar com determinadas pessoas que estavam lá presentes e que disseram estas coisas.

Eu disse ao princípio, que não falava sobre a sociedade desportiva. É natural que os jornalistas inventem muito, é natural que

nada esteja concluído, eu só gostava de saber onde é que estão os 50 000 contos que a Câmara tem que arranjar para entrar na sociedade; isto são números, porque 50 000 contos só da Câmara, 18 500 contos são de cada clube e 18 500 são de indivíduos para subscrever. E atenção que os clubes podem entrar com géneros e entrando com géneros não entram com dinheiro e há um clube que só com jogadores, não paga um tostão. Obrigado.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, serei particularmente breve, ainda mais breve do que fui na primeira parte. Relativamente aos dois temas que eu referi há pouco, registo Sr. Presidente, depois de algumas tergiversações tenha confirmado que (...) porém não repostos. Porque eu recordo e folgo em ver o Eng.º Victor agora, a falar à vontade sobre esta questão quando em 94, todos estamos recordados, veio praticamente com uma corda ao pescoço pedir a esta Assembleia Municipal que sanasse a ilegalidade que a Câmara tinha cometido. E, eu permito-me recordar, até porque é emblemático, a declaração de voto do Eng.º Cruz Tavares na altura em que se refere: “Abstive-me por um lado porque antes da intervenção do Sr. Dr. Pedro Dias (porque de facto o Dr. João Pedro Dias teve nesse dia uma intervenção notável) a bancada que apoia o executivo merecia um voto contra, mas depois dessa intervenção suponho que já não merecia. Não votei a favor porque subentendi que no caso de uma votação negativa estava a gerar-se e a criar-se um bode expiatório, que seria o Sr. Vereador Vítor Silva, que assumiu aqui perante a Assembleia uma posição muito digna, que tenho muito gosto em elogiar”. Isto porquê? Porque a Câmara Municipal autorizou aquelas obras sem qualquer estudo, como aliás, foi escarpelado numa intervenção assaz, brilhante, como é seu timbre, da autoria do Prof. Rosa Pires, que de forma paradigmática, abordou todas as questões e todas as implicações dessa intervenção desastrosa da Câmara e que a Câmara carecia absolutamente de fundamento legal para realizar essas obras (porque é sabido a legislação que rege as adjudicações directas) e veio depois a posteriori, já com os muros caídos, pedir por favor para aprovarem as obras porque senão, como é sabido, as consequências seriam pessoalmente gravosas. Portanto, folgo muito em ver que hoje a Câmara está arrependida é de ter pago. Na altura, se esta Assembleia não tivesse aprovado, provavelmente não teria sido a Câmara a pagar as obras, mas isso são questões ultrapassadas, mas não posso obviamente passar em branco, de facto, que agora a Câmara já esteja perfeitamente à vontade com essa situação, quando na altura fez as obras de forma ilegal, veio aqui pedir a esta Assembleia humildemente e com grande apoio do Dr.

João Pedro Dias (que de facto nessa noite estava particularmente inspirado). Podem dizer que devem, ao Dr. João Pedro Dias nesse dia terem sido essas obras aprovadas por esta Assembleia e, portanto, que a coisa não tenha sucedido como sucedeu.

Quanto ao segundo ponto que há pouco foquei, Plano de Pormenor da Forca-Vouga, aí V. Ex., Sr. Presidente, apenas tergiversou, ou seja não respondeu porque razão é que um Plano de Pormenor está há tantos e tantos anos em estudo e ainda não é plenamente eficaz. Porque isto é uma questão de filosofia, é uma questão de protecção do cidadão perante abusos, tais como aquele que eu referi, que é a questão na Forca-Vouga de se construir um prédio, uma parede à distância de 90 cm de uma janela?! Isto é absurdo! E o cidadão lesado não tem qualquer meio de defesa porquanto em termos administrativos, como é sabido, e não vou repetir o de há pouco, a possibilidade que teria de reagir, o que não aconteceria se o Plano de Pormenor estivesse aprovado e obviamente o prédio em causa estaria desconforme ao Plano. Porque o Sr. Presidente disse-me que estava loteado e, portanto, da sua intervenção decorre que a Câmara acha perfeitamente normal que em Aveiro se construa uma parede a 90 cm de uma janela.

Há aqui algo que não bate certo e há aqui módulos que poderiam ter sido utilizados e que deverão ser utilizados e que a Câmara não utiliza. Eu continuo sem saber há quantos anos começou a ser feito o Plano de Pormenor da Forca-Vouga e qual o motivo por qual ainda não foi aprovado, portanto, qual o motivo pelo qual a Câmara ainda não enviou esse Plano (entre muitos outros), para aprovação nesta Assembleia.”

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Victor Manuel Cepeda Mangerão e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Cruz Tavares:

“ Sr. Presidente desejava fazer dois comentários a outras tantas intervenções do Sr. Presidente da Câmara, sobre assuntos introduzidos por colegas ou camaradas de outros Partidos nas intervenções iniciais. Esses dois assuntos, um deles inevitavelmente, é o problema dos muros da Ria introduzidos pelo Dr. Neto Brandão e o outro é a questão da urbanização em volta da Ponte de Pau. Julgo que já quase nada há a dizer sobre a calamidade que é o estado actual dos muros da Ria, a não ser registar a posição de defesa da Câmara e de dar solução das responsabilidades, que durante um longo período não quis assumir. De facto já foi aqui salientado, que as dragagens da Ria foram feitas por iniciativa da Câmara, foram feitas numa fase, numa altura,

numa época de oportunidade eleitoral, e o facto de a Câmara intervir na Ria, mesmo com a fiscalização acordada da JAPA, não implica que todos os acidentes decorrentes da intervenção que é da única e exclusiva iniciativa da Câmara, não sejam também da responsabilidade da Câmara. O facto de o processo, durante uns meses ou talvez um ano, ter andado a boiar num limbo em que intervinha também a Junta Autónoma e a Direcção dos Portos e outras entidades que possivelmente muito habilidosamente foram envolvidas no processo, não exclui à partida a responsabilidade inicial e única da Câmara.

Noutras obras semelhantes, que tiveram lugar na Ria, nomeadamente as eclusas, por iniciativa da Câmara, a responsabilidade de acidentes ocorridos teve necessariamente que ser assumida pela Câmara. Isto explica um pouco, que na realidade e na força da natureza das coisas, os braços urbanos da Ria, são da responsabilidade da Câmara, ainda que legalmente estejam ainda na JAPA. E o facto de que elas pela sua natureza pertencem, são uma via de lazer, já não digo uma via de comunicação porque era um pouco abusivo, mas também são uma via de comunicação da própria rede camarária é porque sempre que há necessidade de intervir na Ria, essa iniciativa tem sido da Câmara. Ora bom, se os muros ruíram foi porque a Câmara quis intervir. Se quisesse não intervinha. Dizia que aquilo era da Junta Autónoma e não tinha nada a ver com isso; se não quisesse fazer eclusas, não fazia e assumia a responsabilidade e tal como agora empurra para a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, também empurraria sempre que houvesse aqueles inconvenientes todos que existem de facto com a falta de manutenção da Ria. De maneira que a posição da Câmara, pese muito o nosso apoio e a nossa solidariedade em relação aos esforços da Câmara, mas neste aspecto a Câmara está numa posição sem qualquer sustentáculo prático e se vai pagar o arranjo dos muros é da sua estrita obrigação, se não fez há mais tempo também é da sua responsabilidade.

Em relação à Ponte de Pau e em relação às urbanizações prometidas, acordadas, protocoladas ou negociadas com o espaço envolvente da Ponte de Pau, nomeadamente do lado da antiga Fábrica Aleluia, Artibus, etc., e do lado da Feira de Março, eu julgo que a Câmara, esta ou outra, tem uma gravíssima responsabilidade na rectificação daquilo que está feito e que todos reconhecem está mal. Aquele edifício de que se falou junto à Ponte de Pau, não pode prevalecer; a própria urbanização negociada para a antiga Fábrica Aleluia, não pode prosseguir nos moldes em que está projectada. Do lado da Feira de Março também será extremamente penoso para o equilíbrio da cidade, que se construa o que está previsto e eu suponho que é claro para toda a gente que naquele espaço apenas a colmatação das barreiras

do lado do Liceu e da barreira do lado da antiga Fábrica Paula Dias, justificam uma ocupação urbana com fins habitacionais, eventualmente terciários e nada mais. O resto terá de ser com certeza devolvido ao uso público através de espaços verdes e zonas de percurso e de lazer.

Finalmente uma última observação, a primeira vez que a faço, em relação à Ponte de Pau. A obra já foi aqui criticada, não do ponto de vista que a vou criticar agora. A Ponte de Pau como está construída e como entrou em carga não satisfaz as finalidades para que foi criada, não justifica o investimento que foi feito. A questão daquela travessia não era fundamentalmente naquela direcção, o problema existe eventualmente, na direcção contrária, a regulação do trânsito na Ponte de Pau não está correcta, os apoios de acessos que existem não estão a funcionar correctamente e pior do que isso, Sr. Presidente, pior do que isso, equipas que apoiam a Câmara sob o ponto de vista técnico. Aquela obra é uma estrutura de há 30 anos. Foi uma pena que no centro da cidade e com os conhecimentos que existem do funcionamento dos materiais que actualmente estão a ser postos em prática em todas as obras que têm visto a luz do dia, no Porto, em Lisboa, em qualquer cidade, algumas mais pequenas do que Aveiro, se tenha optado por um tipo construtivo, por uma opção estrutural que data de há 30 ou 40 anos. Aquela Ponte é muito pesada, aquela ponte tem 20 ou 30 por cento de material a mais, do que as técnicas do tipo actual exigiriam. Aquela ponte como foi dito, é um mamarracho, também por si própria, também sobretudo pela envolvente onde foi inserida e pela forma como posteriormente foi regulada a sua utilização."

Vogal Custódio Ramos:

"Era para subscrever integralmente a intervenção do Sr. Cruz Tavares e dar mais uma tónica e um esclarecimento que é, no que toca à intervenção que a Câmara fez na Ria. Nessa dragagem, eu diria que foi (e é este o aditamento que eu quero fazer), por inépcia da Câmara e foi ao arrepio dos estudos feitos pela Universidade do Minho, aquando da obra das eclusas. Na altura ficou assente que não haveria dragagem, que a limpeza seria feita através de uma corrente de varrer, porque os técnicos sabiam. Isto foi dito publicamente nesta sala e em todas as salas: que não se fariam dragagens para limpeza, inclusive, da matéria que não fosse inerte. Sabíamos que havia muita matéria que não era, mas que o que estava previsto, é que a água cobriria essa matéria que deixaria conseqüentemente de estar em putrefacção, evitaria os cheiros, com o tempo essa própria matéria, por não estar em contacto com o ar, tornar-se-ia inerte. Daí resulta que, seria desnecessário, seria desaconselhável fazer-se qualquer dragagem, porque se sabia que ia

acontecer o que aconteceu. Portanto foi por inépcia da Câmara, foi ao arrepio das orientações dos técnicos da Universidade do Minho e deu o que está há vista e quem vai pagar é o povo português, que somos nós todos. Já pagámos muitas outras, quando o Vereador das obras diz agora (eu até me aborrece falar nisto), que a rectificação do prédio, que agora vão negociar próximo da Casa Martelo. Isso foi aqui dito! E vinha o Dr. Girão dizer: "ah! mas aquilo tem umas colunas e não perde a visibilidade, que aquilo fica tudo em vidro". É assim que está o Largo da Apresentação também; vão lá agora dizer que tem visibilidade, que a gente vem da Rua e quer virar para a esquerda a caminho da Igreja, qual visibilidade se o estabelecimento que lá está dentro está cheio de bonecos e de coisas para venda, onde é que está a visibilidade? Quem vai pagar essa negociação, que o Sr. Vereador agora vai dizer, que está em negociação? Era na altura que esta Assembleia alertou, é que isso devia ter sido feito. No Largo da Apresentação, idem. Só que a Câmara não tem força moral para se impor nos momentos adequados. Aliás, eu jurei ao Eng.º Victor, que enquanto eu estivesse nesta Assembleia havia de falar sempre no Largo da Apresentação e aqui estou mais uma vez a falar. Graças a Deus tenho muito boa memória e no que toca às eclusas ainda hei-de repetir esta lenga-lenga novamente até Dezembro deste ano.

No que toca à Forca-Vouga, os senhores se forem beber um copo a qualquer mini-restaurant desta cidade, cujos empregados compraram e construíram vivendas ou andares na zona Forca-Vouga, eles todos se queixam que a Câmara de Aveiro não é séria, não cumpriu os seus deveres. Porquê? Porque assumiu compromissos na venda dos terrenos, compromissos de infra-estruturas e não os cumpre. Não tem passeios, não tem nada cumprido nessa matéria. Vão por exemplo os três, podem ser os três, ao Tico-Tico beber um copo e esclarecer isto com as pessoas que lá param, que são afectadas por este problema e que estão prejudicadíssimas nesse assunto. É verdade Sr. Presidente, eu não venho para aqui fazer demagogia, é verdade isto que eu estou a dizer.

No que toca àquilo que não foi esclarecido, que é do zonamento pagante do estacionamento. O que acontece, é que apareceu agora uma nova equipa técnica, a zonar e a querer impor novas placas bonitas, que querem dizer que toda aquela zona é uma zona a pagar e isto é fácil de perceber. O problema é que um indivíduo entra na Avenida Dr. Lourenço Peixinho partindo da Ponte Praça, vira para o mercado Manuel Firmino e depois não arranja estacionamento, volta à Avenida e volta a subir a Avenida e então o que é que acontece? Ele julga que ao entrar de novo na Avenida, ao virar o cinema Avenida, o actual bingo, que agora já não há placa nenhuma, tinha lá uma placa "zona de pagar" e agora não tem placa, porquê? Porque o cérebro desta casa entendeu

que quando a pessoa penetrou junto da Capitania, - pronto meu amigo, está na zona de zonamento aí tem que pagar- só que se esquece que a obrigatoriedade do zonamento acaba no zig-zag. Porquê? Porque há uma saída para a direita e se a pessoa retorna à Avenida já não encontra placa nenhuma de obrigar a pagar.

Agora, quer outro exemplo? Um indivíduo vem da Alberto Souto, enfia para a Rua Eng.º Silvério Pereira e Silva, encontra a obrigatoriedade de zonamento a pagar junto ao Flamingo. Bem... não sei para que é que há-de estar no Flamingo quando ali é proibido parar!. Depois pode virar para a Avenida ou seguir em frente e acontece que vai encontrar junto à ARLA, na Rua Silvério Pereira e Silva, final de proibição de zonamento a pagar. Ora bem, entre um espaço e outro não havia nada que pagar nem parar. (quanto mais pagar) Meus amigos esta inteligência se conduz assim (eu não sei quem é nem me interessa), os interesses da cidade em tudo mais, nós estamos de facto bem entregues à bicharada.”

Vogal Diogo Machado:

“Em primeiro lugar e depois de ouvir as intervenções que me antecederam, todas elas por certo avisadas, conscientes, quase que me coloco perante um dilema: é que começa a ser tão fácil ser oposição nesta Assembleia, que essa oposição às vezes até chega a ser redundante. Em relação à Ponte de Pau, (que foi aqui criticada pelo Sr. Eng.º Cruz Tavares) e permita-me que particularize nesta minha intervenção porque sem o fazer, a minha intervenção não teria sentido, foi aqui referido pelo Sr. Eng.º Cruz Tavares, que era a primeira vez que criticava a Ponte de pau neste aspecto. No aspecto em que tão técnica e brilhantemente criticou (embora eu com os meus poucos conhecimentos não partilhe totalmente da sua posição, só parcialmente), o que é que acontece? Em relação à Ponte de Pau e no seguimento da crítica que o Eng.º Cruz Tavares aqui desenvolveu, gostaria de dizer que sempre reconheci nas capacidades técnicas do Eng.º Cruz Tavares, um factor de enriquecimento desta Assembleia Municipal, sempre. Mas também gostaria de dizer que ao fazer esta crítica pela primeira vez, a seis meses do termo deste mandato, o Sr. Eng.º Cruz Tavares provavelmente não terá defendido os interesses do povo que o elegeu para aqui, da melhor maneira, porque se sabia que isso vinha ser assim, o que eu faria se estivesse no seu lugar, dotado dos seus conhecimentos técnicos, da sua capacidade técnica, seria avisar em devido tempo, “meus senhores, atenção que a estrutura é assim”. E o Sr. Eng.º aqui, referiu hoje que foi a primeira vez, são palavras do Sr. Eng.º Cruz Tavares, foi a primeira

vez que criticou este aspecto na Ponte de pau. São palavras do Sr. Eng.º Cruz Tavares, todos os senhores são testemunhas.

Em segundo lugar, gostaria de dizer em relação aos muros da Ria, que obviamente, divergimos de posição. Os senhores são oposição, nós não, obviamente divergimos. Os senhores cascam nos muros da Ria, não casquem mais porque senão acabam realmente por cair totalmente; os senhores cascam nos muros da Ria da maneira que cascam, justificadamente porque são oposição; o que nós fazemos é dizer simplesmente que o trabalho que lá fizemos foi no intuito de servir as gentes que nos elegeram. Em relação aos muros da Ria a nossa posição é de que, quando avançámos para o que avançámos, realmente estávamos com a melhor das intenções em prestar um bom serviço às gentes de Aveiro. Evidentemente, como o Sr. Eng.º Cruz Tavares também referiu, a fiscalização da JAPA esteve presente. E, a fiscalização da JAPA não apontou aquilo que o Sr. apontou, se calhar por insuficiências de conhecimentos técnicos, também acredito. A Câmara, como os senhores dizem e bem, e bem, eu também estive nessa reunião, aqui assumiu as suas responsabilidades; sim senhor pagámos antes do tempo, os senhores ajudem-nos. Os senhores ajudaram-nos, sim senhor, não vou dizer que são cúmplices, não, vou dizer que nos ajudaram a defender os interesses da população do Concelho de Aveiro. Porque a ideia que os senhores têm daquilo que fizeram nessa altura, foi um favor que prestaram à Câmara, a ideia que eu tenho é exactamente o contrário; ajudaram a prestar um bom serviço às gentes do Concelho de Aveiro. Exactamente o mesmo serviço que durante este tempo a Câmara tem perseguido nas negociações que desenvolveu com a JAPA e com a Direcção Geral de Portos, agora culminadas, como podem ver na comunicação do Sr. Presidente da Câmara, com a assinatura do protocolo para o início das obras respeitantes ao arranjo dos muros da Ria. Mais, já foi aqui referido pelo Sr. Presidente da Câmara, há talvez duas sessões atrás, que a Câmara estaria na disposição de avançar com o dinheiro para recuperar os muros da Ria. Chame-lhe o Eng.º Cruz Tavares o que entender, eleitoralismo, o que entender. Nós PP ganhemos as eleições ou percamos, fá-lo-emos com a certeza de que estamos a prestar um bom serviço à população aveirense e não nos preocupamos, Sr. Eng.º., pode ter a certeza, não nos preocupamos com mesquinhices desse estilo de arranjar ou de deitar abaixo, ou dragar ou de não dragar para ganhar esta ou aquela eleição. Não, a nossa consciência está tranquila, a consciência da Câmara penso que está tranquila (e ninguém me passa procuração para isso), e por estar tranquila e é com este desassombro que o Sr. Presidente da Câmara aqui vem mostrar-vos o que é que foi feito e o que é que está a ser feito.

Ponto três, em relação às sociedades desportivas para dizer que por princípio sou contra a participação de qualquer Câmara Municipal numa sociedade desportiva; por princípio sou contra. Faz-me lembrar um pouco a velha história dos países de Leste que era o Dínamo de Moscovo contra o Dínamo de Belgrado, que era cidade contra cidade, (já me parece um bocado o Big Show Sic). Eu gosto do meu Sporting, enquanto Sporting gosto, do Esgueira enquanto Esgueira, gosto do Beira-Mar enquanto Beira-Mar, se calhar não ia gostar do Aveiro-Basquete, mas também não uso palas nos olhos sempre e se por acaso, este projecto for aprovado em reunião de Câmara e baixar a esta Assembleia ou subir a esta Assembleia, como quiserem, é mesmo geográfico, está a entender Sr. Custódio Ramos? Mas se por acaso o projecto subir a esta Assembleia aprovado pela Câmara, de uma coisa os Senhores podem ter a certeza, se me conseguirem convencer aqui, que vale a pena votar a favor, eu voto, mas com uma posição de princípio, não falando dos 50 mil contos que falou o Sr. Peixinha, que a Câmara teria que entrar e dos 8 mil que entrava cada clube, não, com uma posição de princípio e só nessa condição é que alguma vez poderei pensar votar a favor. É que a Câmara Municipal de Aveiro não entre nunca com numerário (como diz a outra), que entre sim com infra-estruturas (e que diga), é o Pavilhão, é isto, é aquilo. Não vamos inverter o processo como dizia há pouco o Dr. Victor Mangerão. Façamos as coisas com calma, ponderadamente, não queiramos talvez ser um pouco mais papistas que o Papa e temos tempo para resolver se criamos ou não criamos. Não se esqueçam que tão importante como o Basquete do Esgueira ou do Beira-Mar ou do Galitos, é também o futebol do Beira-mar, não se esqueçam disso.

Vou acabar Sr. Presidente, dizendo que em relação ao IC1 eu estou descansado, porque ao contrário do que há pouco foi afirmado pelo Dr. Filipe Brandão, líder da bancada do PS, na declaração de voto à célebre Moção do Sr. Salavessa, que se abstinha e não votava a favor por causa do simples termo "parece que", eu tenho agora condições de o informar, não o quis fazer na altura por motivos óbvios, que o próprio Ministro do Equipamento, Eng.º João Cravinho, afirmou na televisão acerca de 8 dias, que até ao final de Julho tudo seria inicializado em relação ao IC1 e que o IC1 de Ovar até Vagos estaria pronto até finais de 98. Portanto como vê Dr. Filipe Neto Brandão, aquilo que nós votámos na Moção do Sr. Salavessa, foi apenas um reforço da posição que o "nosso" Ministro já tomou na televisão e que lhe passou despercebido."

Vogar Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, o meu antecessor com uma oração brilhante, queimou-me praticamente o discurso desta ocasião. Realmente eu queria falar sobre dois pontos: um era sobre os muros e outro seria sobre as sociedades desportivas mas numa questão mais de fundo, que não propriamente das sociedades desportivas. Nós cada vez que se aproximam períodos eleitorais, vemos recriminações mas, eu estive atento ao que se vem dizendo acerca dos muros e fiquei com o grato sentimento de não oposicionista, portanto, de que a oposição a continuar a agitar os muros, caíram eles próprios como aqui disse o meu antecessor, levarão consigo certamente a JAPA, a Direcção Geral de Portos e os lobbies que deveriam ser (e isto é importante que se sublinhe) os Partidos de Aveiro que têm mais representativamente Estado no Parlamento. Porque é que eu digo isto? Porque penso, ao contrário do que aqui tem sido dito, que é difícil sustentar que a responsabilidade na consertação dos muros caiba, de facto, à Câmara. Toda a gente sabe que administrativamente a Ria está sob a jurisdição da JAPA, da Direcção Geral de Portos, toda a gente reconheceu ao longo deste tempo todo, que é à Junta Autónoma do Porto de Aveiro que competiria a limpeza do canal, toda a gente reconheceu quando se fez a dragagem que a censura não estava no facto de se dragar a Ria, porque aí todos aplaudimos e eu recordo todos aplaudimos, e sublinho isto, o problema que se pôs nessa ocasião foi tão simplesmente um problema de autorização, um problema formal e de facto o Sr. Vereador Vítor Silva veio aqui, qual Egas Moniz, com a corda na mão, pedindo à Assembleia aprovação, porque a obra tinha sido adjudicada sem a devida autorização e nesse sentido, só nesse sentido, a Assembleia, digamos, prestou a sua colaboração e não fez mais do que o que devia, no meu entender. Porque a obra sempre foi considerada e julgada válida, portanto, é muito difícil sustentar que a Câmara, como muito bem disse o Sr. Presidente, tivesse de pagar a dragagem. Pagou a dragagem, mais difícil é sustentar que agora tenha de pagar o conserto dos muros. Portanto se alguém deveria com fundamento, que a administração dos muros da Ria é da Junta Autónoma, se alguém devia pagar o conserto deveria ser, de facto, a Junta Autónoma. Portanto, a Junta Autónoma ao ser agitado este problema, vai com os muros, vai a Direcção Geral de Portos e vão também, como disse, os parlamentares que maior número de assentos têm daqui da região de Aveiro, porque afinal não têm exercido a pressão suficiente, não se constituem lobby como deveria ser, não têm a importância que deveriam ter como eleitos por esta região, para demover afinal o poder, outrora do PSD e hoje do PS, para vir afinal acorrer com uma despesa que lhe competia. Portanto eu considero, que a Câmara não merece a recriminação que lhe tem sido feita, pelo

contrário, ao assumir ela o encargo de consertar agora os muros, merece algum louvor. É evidente que eu não esqueço que a Câmara, ela própria, deve exercer as suas pressões e é sabido, pelo menos há que acreditar nas palavras do Sr. Presidente, que ao longo destes tempos desde estes 4 anos, têm sido inúmeras as pressões da Câmara que afinal vão conseguir demover quem de direito deveria cumprir. Portanto, eu esta questão considero encerrada.

Um outro problema que eu queria aqui invocar não é propriamente o da sociedade desportiva, mas vem lateralmente suscitado, ou vem suscitado para mim, para eu ocultar aqui pelo que aqui se disse acerca da intervenção da Câmara, designadamente do Sr. Vereador Eng.º Belmiro Couto nesta questão da sociedade desportiva. É vulgar nós assistirmos aqui, sustentar que a Câmara depende da Assembleia, depende sim senhor; que há um sem número de coisas que a Câmara não pode fazer sem esta Assembleia, é verdade; que portanto a Câmara deve trazer estes assuntos e formalmente tem de os trazer, é verdade, mas há uma coisa muito diferente no meu entendimento, penso que a Assembleia e a Câmara devem oficializar um princípio de colaboração e afigura-se-me muito difícil, muito difícil, um Executivo levar a cabo qualquer obra de grande importância se previamente como na forma dizem os diplomas legais, vier pedir autorização a esta Assembleia. No meu entendimento qualquer Autarca que se preze, do Executivo, deve encetar negociações, gerar princípios de compromisso, fazer inclusivamente acreditar a outra parte de que algo vai ser concretizado, deve também em acompanhamento, ir auscultando digamos os "maker opinions" da Assembleia, deve portanto qual o sentido da Assembleia para por fim vir aqui apresentar já esses "compromissos", não são compromissos formais, são o fazer acreditar alguém de que algo vai acontecer e depois conseguir apresentar aqui e defender e que esta Assembleia aprove. Concretizando, por exemplo, eu considero que é impossível fazer aprovar algum dia aqui em Aveiro algum projecto com a mesquinhez com que eu vejo aqui algumas intervenções nesta Assembleia (e peço desculpa por frontalmente o dizer). Se por exemplo aqui houver um grande empreendimento, se o Presidente não tiver a coragem de, digamos até, entre aspas, com um sentido interpretativo próprio, secretamente combinar com um investidor o que vai acontecer e tal, e depois trazer a esta Assembleia já justificadamente e conseguir essa aprovação, se vier ao contrário, primeiro pedir ordem a esta Assembleia, torna o problema público, com os empates políticos que isso gera, porque nós sabemos que muitas vezes que os órgãos colegiais servem-se do órgão para exercerem política, não de governação digamos, mas de política eleitoralista e portanto com esses empates todos eu considero

que a maior parte das vezes se um Presidente, se um Vereador, se um executivo não gerar já uma certa via de compromissos que é difícil chegar ao fim com qualquer projecto que seja que tenha alguma importância. Este é o meu sentido interpretativo da maneira como deve ser a minha doutrina (Oh Sr. Custódio Ramos, eu não estou a defender a intervenção do Sr. Eng.º. Belmiro, estou a apresentar a minha perspectiva, de qual deva ser a atitude de um autarca do executivo), é só isso e mais nada. Eu disse a princípio que a minha intervenção foi suscitada por esta questão, não quer dizer que eu esteja a defender a atitude, por acaso até aprovo, mas quer dizer não defendi expressamente”.

Vogal Cruz Tavares:

“ Dr. Jorge Nascimento, considero que as suas últimas palavras demonstram uma concepção que eu considero inaceitável no exercício da política e nomeadamente do exercício do cargo do Executivo. Considero isso inaceitável, mas pedi o direito de resposta em relação à intervenção do Sr. Diogo Machado e queria esclarecer de uma vez por todas, que hoje não falei em mesquinices nem eleitoralismos, falei noutras vezes, noutros dias, hoje não falei. Queria também esclarecer que quando se refere a ódios de estimação, não deve estar a falar de certeza comigo. De uma vez por todas esclareço ao Sr. Diogo Machado e a todos os meus queridíssimos amigos, que não tenho ódios nem de estimação nem outros, tenho muitas raivas, não tenho ódios nenhuns.

Um último esclarecimento e ainda sobre os famigerados muros dos canais e sobre a dragagem. O Sr. Presidente sabe, a sua equipa técnica sabe, o Sr. Vereador de obras sabe e as suas equipas técnicas saberão com certeza, que a obra das eclusas foi concebida de maneira a que, como disse o Sr. Custódio Ramos e muito bem, (ele não é técnico mas esteve presente nas inúmeras reuniões que antecederam) a concepção e o lançamento daquela obra, que ela foi prevista para evitar dragagens. A maré baixa processa-se segundo as leis da divina natureza em 6 horas. Como sabem, as eclusas podem fazer baixa-mares, podem fazer todo o escoamento do efluente líquido da Ria em 15 minutos, ou seja, 20 vezes mais rapidamente do que a natureza o faz. Isso permite o arrastamento controlado, porque desde 15 minutos a 6 horas é possível controlar o sistema. Isso permite, fazer o arrastamento de todo o material sólido da Ria sem o recurso a dragagens. Isto está nos documentos que deram origem à construção das eclusas, isto é do conhecimento do anterior Presidente da Câmara, dos técnicos da Câmara, dos Vereadores desta Câmara.”

Vogal Diogo Machado:

“Em primeiro lugar é um direito de resposta "sui generis" nesta Assembleia, que é o primeiro que eu ouço e por acaso até da minha boca, nunca esperei, é o primeiro que eu ouço que se transforma num pedido de desculpas. Peço desculpa por ter falado em ódios de estimação e ter confundido os ódios de estimação com as raivas, as raivas são suas não são minhas, não tenho nada a ver com elas. O Sr. Eng.º lida com elas da maneira que entender mais correcta. Só para acrescentar também rapidamente, que em relação à Ponte de Pau eu lembro-me mais uma vez de uma intervenção do Sr. Eng.º Cruz Tavares, aquando aqui foi discutido o embelezamento estético, não sei se está recordado, da Ponte de Pau, em que houve alguém, já não me recordo bem quem sugeriu “que com tantas cerâmicas artísticas aqui à volta se pespegassem nos pilares que sustentam a Ponte de pau, nos painéis de azulejo que embelezariam”, o Sr. Eng.º Cruz Tavares disse nessa altura e está em acta, que a Ponte de Pau que ali estava era uma bellissima obra de engenharia e uma bellissima obra de arte, Sr. Eng.º Cruz Tavares. Muito obrigado”.

Vogal Cruz Tavares:

“Só em relação a este ponto e para esclarecer o Sr. Diogo Machado e pelos vistos o Sr. Presidente que acenou concordando, o que eu disse e repito e apenas transcrevo e reproduzo opiniões de pessoas como Edgar Cardoso, é o seguinte:” uma obra segura e bem projectada é uma obra bela” isto está na literatura há 40, 50 anos e disse em resposta à Dr.ª Virgínia, disse: a ideia era embelezar a obra com azulejos e outras coisas semelhantes, é sinal de que a obra não estava tão bela como poderia estar.”

Imediatamente a seguir entrou-se no ponto n.º 1 da agenda de trabalhos:

PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: - A comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal foi distribuída por todos os membros desta

Assembleia, pelo que a mesma faz parte integrante do original desta acta.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para fazer a apresentação da Comunicação escrita supra e para destacar alguns aspectos mais importantes da actividade Municipal, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Vogal Victor Mangerão:

“Eu estou-me a lembrar do Dr. Fernando Nogueira, não sei se ainda se lembram quem foi o Dr. Fernando Nogueira, foi noutros tempos não muito recuados, Ministro da Defesa. O Sr. Dr. Fernando Nogueira foi Ministro da Defesa e com ele, Ministro da Defesa, foram entabuladas negociações que em determinado momento a Câmara de Aveiro pensou que estavam a ser muito bem conduzidas e que eventualmente levariam à aquisição do Quartel, lá de baixo, que depois num volte face repentino, acabou por ir parar à Guarda Republicana e lá ficámos sem Quartel. Felizmente Aveiro tem poucas coisas desse género, mas ainda tinha um outro Quartel de sobra. Eu não estou a querer ironizar, é que com o Dr. Fernando Nogueira se calhar perdeu-se, eu estou a dizer se calhar perdeu-se, uma possível hipótese de se ficar com o BIA, porque alguma coisa falhou no tipo de conversações que me lembre e do que eu sei, era a forma de negociar com o Dr. Fernando Nogueira, Ministro da Defesa na época; eram umas negociações de gabinete levadas de uma certa maneira. Hoje, se esta Câmara quer garantir aquilo que eu penso, que é realmente uma aquisição importante, potencialmente muito importante, para Aveiro, que é a aquisição daquele Quartel, que é já o último que sobra, se deixam ir aquele, já não há mais nada assim, esta Câmara não tem que negociar, não tem que esperar negociar ainda em gabinetes só. Isto é um alerta. Como diz o Eng.º Cruz Tavares e ele lá sabe porquê, não se fiem muito que o Ministério da Defesa, que os tropas abram mão dos patrimónios. Têm feito umas coisas desse género, mas até ao último momento é sempre possível que voltem atrás. E eu quero dizer é o seguinte: é que, e ligo uma coisa à outra, não posso deixar de ligar uma coisa à outra, é que há que negociar assumindo o protagonismo com a dignidade que a Câmara de Aveiro merece. E eu julgo que muitas vezes Aveiro tem sido excessivamente discreto, excessivamente bem comportado, eu não vou dizer excessivamente distraído, porque senão temos de meter aí toda a gente que afinal de contas não é só a Câmara, não é só o Presidente, são os

Deputados de todos os Partidos, são as forças vivas todas, são as pessoas quando dão entrevistas, mandam grandes bocas, mas depois não assumem responsabilidades institucionais que muitas vezes lhe cabem; é toda a espécie de gente, tudo isso é Aveiro, não é só a Câmara, portanto eu não vou por aí, mas lá que nos tem faltado protagonismo tem e se calhar o protagonismo da Câmara nesta negociação que pode ser a última hipótese, não tem que ser só um protagonismo de conversas bem conduzidas em gabinetes do Ministério da Defesa. Peço desculpa, mas com este Governo está provado, não por Aveiro infelizmente, por outras terras deste País e noutras circunstâncias e a propósito de outras questões, está provado que vale a pena às vezes conversar muito pouco nos gabinetes dos governantes e fazer um bocado de arruaça cá fora, ou de manifestação, ou de efeitos mediáticos. Dá um resultadão. Portanto, a "Sr.ª Câmara", como se dizia antigamente (eu gosto muito da expressão), vá ponderando os prós e contras, não só de ir negociando educada, elegante e inteligentemente, mas também se for preciso de puxar pela primeira vez, de outros tipos de argumentos para convencer que Aveiro, o Município, os Aveirenses precisam mesmo daquilo e que a melhor funcionalidade daquele edifício é adstringi-lo aqui a fins públicos e colectivos.

Isso é um ponto que eu não posso deixar de ligar àquilo que aqui se disse sobre a questão dos muros da Ria. Peço desculpa, eu não estou a voltar atrás, queria só dar uma explicação para mim, mesmo que é um desabafo. Eu não faço falsas humildades, mas também não estou para deixar de lado aquilo que eu considero que é verdade histórica. Eu tenho a perfeita noção (e também desafio já agora para que possam ir ver às actas), que fiz a primeira intervenção mais profunda e mais chata, se quiserem, contra a Câmara, logo no início deste mandato a propósito dos muros da Ria; e porquê? Vínhamos no rescaldo de uma campanha eleitoral e aquilo que havia de dizer politicamente e que eu senti e que eu repetiria se fosse hoje, foi criticar a Câmara porque se tinha lançado numa obra daquelas e quando foi a altura de a pagar, veio pedir autorização à Assembleia Municipal seguinte, para à posteriori dar cobertura legal ao pagamento da obra. Isto foi criticado, tinha de ser, e a Câmara sabe que nisto meteu uma argolada. E nós, honradamente ajudámos o Executivo a pagar, porque não podia de deixar de ser outra coisa, ponhamos os nomes aos bois, salve seja, e sem ofensa, foi mal feito. É evidente que no rescaldo de uma campanha eleitoral tinha de ser dito que, se uma obra daquelas foi assumida pela Câmara daquela maneira, tendo a Câmara perfeito conhecimento de que estava a cometer uma irregularidade, é porque havia um preço que valia a pena pagar por essa irregularidade. Qual era o preço? É evidente, o preço foi o efeito

eleitoral que obras pela primeira vez feitas de uma certa profundidade num canal tradicionalmente tido como mal cheiroso, como não sei quê e tal, cobrava-se disso rendimento eleitoral. Foi assim que foi interpretado, foi assim que foi dito aqui, foi assim que ficou em acta.

Este discurso na história é assim, nada se repete, teve o seu momento. Agora, a mim o que me chateia é que a situação entretanto passada a fase do discurso, da contrição, da crítica, da superação deste antagonismo entre nós todos, e eu sou um exemplo disso, ainda se ande a repescar o contexto da época para vir dizer coisas ou desfazer coisas ao momento actual. Isto é que a mim já me chateia um bocado, porque as culpas da Câmara nessa altura e a responsabilidade delas, a Câmara assumiu. Se nós lhes tivéssemos chumbado a autorização de pagamento, havia de ser lindo! Não sei se a Câmara caía se não porque ainda cá estava o Dr. Girão e ele era especialista em flutuar, mas pronto, não sei o que é que acontecia, mas não aconteceu, nós não fizemos acontecer, logo, está o caso julgado, acabou, eu não chovo sobre o molhado nestas coisas. Lembro-me, não me esqueço, mas não ando a chatear com isto. A mim o que me chateia é que posteriormente, sobretudo desde que o Governo Socialista está no poder, eu li nos jornais e eu não tinha que trazer para aqui o dossier senão arranjava o "raio" do dossier, é fácil, li nos jornais declarações do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, sei lá, da Administração dos Portos; houve várias versões, várias versões em que as entidades do Estado, ou sejam, aquelas que dependem da tutela Ministerial, assumiam, umas vezes mais, outras vezes menos, passando pela JAPA é evidente, assumiam participações elevadíssimas na reparação dos muros, já sem falar que aquilo tinha sido turístico, que a culpa que era daquele, está arrumado. Objectivamente, há uma situação de pequena catástrofe para uma cidade pequena como esta em que o ex-libris é precisamente um bocado de água que aqui temos, um bocado de água que aqui temos e nesse bocado de água está aquela mosca poisada e aquilo é abjecto, é humilhante, porque é uma porcaria que não vale um tostão, centenas de milhares de contos naquilo, não valem um tostão e permanece. E eu vi toda essa gente, todas essas entidades a assumirem responsabilidade, a não se porem de fora, a dizerem que pagavam e tal, e quando chega ao último momento que é precisamente agora este ano, de há poucos meses para cá, eu desculpem-me, mas eu fazia aqui o gesto do Bordalo no boneco, fazem um manguito, isto é uma palavra portuguesa, não é o Herman que tem direito a dizê-las, isto é verdade. O Estado, os elementos do Governo fizeram um manguito a isto. Ou vão-me dizer que não se criaram expectativas? Não foi à Câmara, foi aos Aveirenses, com certeza que foi às pessoas que votam PS, disseram: ah! os outros "gajos" não resolveram mas vêm

estes gajos agora e resolvem, porreiro. Criaram ou não criaram expectativas? Agora de repente, vai tudo para o maneta, como é que é? A Câmara também não resolve? Então quem é que resolve? A Santa Casa da Misericórdia? As Florinhas do Vouga? Ou a Junta de Freguesia de Oliveirinha? Tem que ser resolvido. Eu acabo nisto. Chateia-me, lastimo, tenho pena que seja gasto o dinheiro que podia ser noutras aplicações, mas isto tem de ser feito, é urgente. E eu nisto, se eu tivesse de fazer campanha, não é provável porque como sabem eu para fazer campanha tenho alguém que me lidere, tenho de ter um caudilho que vá à minha frente a dizer e como sabem não tenho, não é? Portanto não é provável que eu vá fazer campanha, mas se eu fosse fazer campanha, este era um dos aspectos em que eu não ia atacar o Executivo actual, ou enfim, o Partido que tem estado no Executivo, palavra de honra que não atacava. Agora, atacava com certeza era o Partido Socialista ou o Governo, aí não tenham a menor dúvida. Há três anos, se calhar há 2 anos ainda atacava o Executivo, neste momento não, já prescreveu, estou noutra fase”.

Entretanto saíram da sala os vogais João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Vogal João da Peixinha:

“Só uma acheга aqui a este artigo sobre a problemática dos sem abrigo, para chamar a atenção, de certeza que será só apenas um reforço ao Sr. Presidente da Câmara, sobre uma determinada família que é mãe e filho, daqueles chamados “Linos”. Sr. Presidente é uma vergonha realmente o que se passa com esse casal, (mãe e filho), com essas duas pessoas. Eles como sabem, dormem debaixo dos arbustos da Baixa de Santo António, logo de manhã estão completamente bêbados; eles todos os dias (porque eu levanto-me às 7 horas da manhã e moro lá ao lado), logo de manhã estão bêbados, implicam com toda a gente. Há um tempo para cá a senhora resolve andar com um pau na mão e é aquilo que se vê pela cidade. Acho que a Câmara devia tomar uma atitude sobre esses dois indivíduos, internamento ou outra coisa assim no género.

Sobre também este caso, eu perguntava aqui se a Junta de Freguesia da Vera Cruz também não foi convocada para esta reunião, ou se foi, se não apareceu? É que diz aqui assim que decorreu uma solicitação do Hospital de Aveiro, a Câmara Municipal convocar uma reunião e em que estiveram presentes os serviços Sub-Regionais de Aveiro, a Paróquia da Glória, Cáritas Diocesanas de Aveiro, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro e Junta de Freguesia da Glória. Como não

consta aqui a Junta de Freguesia da Vera Cruz, eu apesar de o meu camarada Barbosa não estar aqui presente, eu gostava realmente de saber."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, a intervenção do Dr. Victor Mangerão obriga-me a dizer mais duas palavras, que serão as últimas. Efectivamente, eu acho que começa a ter piada, isto agora já é uma questão de piada, o Dr. Mangerão confessar que no início deste mandato, também ele fez uma intervenção de fundo a criticar a intervenção da Câmara Municipal de Aveiro de maioria CDS/PP, na questão da intervenção dos muros da Ria. E agora, quase que vem ralhar a nós todos porque nós continuámos a bater na mesma tecla e afasta-se dos socialistas o mais possível. Foi falar para o outro canto da casa, afastou-se da linha PS o mais possível. Do PP, ele não vai dizer mal na campanha, isso ele garantiu agora aqui. Ora, cada um de nós toma politicamente as posições que muito bem entender, agora não pode é dizer que ficamos saturados de andarmos sempre a bater no ceguinho.

Bom, eu bato no ceguinho quantas vezes eu quiser, é para isso que me elegeram, é para isso que aqui estou e se eu quiser bater, rebater novamente no prédio do Largo da Apresentação, agora já peço desculpa de dizer isto outra vez, mas só para perceberem a minha ideia, se eu quiser repisar outras ideias, eu repisá-las-ei quantas vezes nós quisermos e não me chateia que o CDS repise também, ou outras pessoas. E às vezes, quando batem em nós eu não me chateio, há quem se chateie, eu não me chateio. É desta troca de galhardetes que resulta um melhor esclarecimento no sentido de sabermos encontrar o melhor rumo para Aveiro e é nesta aparente contradição de posições que efectivamente se joga o xadrez político e se encontra efectivamente a defesa dos interesses de Aveiro. De qualquer forma, para finalizar, a verdade nunca está só de um lado, é "La Palice" todos sabemos isso, mas também, só porque se mudou de Governo e agora temos um Governo PS, a ninguém cabe o direito de dizer que com esses cuidado não negociem porque o Quartel de Sá nunca será da Câmara de Aveiro; até dá ideia que agora os culpados da queda dos muros da Ria já não é a Câmara nem a JAPA, nem nada de Aveiro, já é o Governo e cuidado com o Governo, que este Governo não é gente séria, não se vai conseguir negociar nada. Bom, eu nisso muito embora não receba favores de Governo nenhum, vivo do meu trabalho, nunca vivi da política nem tenciono viver da política, mas tenho um rosto e dou a cara nos momentos próprios e enquanto eu acreditar nalguma coisa contem

comigo, para defender, para elogiar, para atacar, enfim, respectivamente conforme o momento adequado.”

Vogal Victor Mangerão:

“O Sr. Custódio Ramos, é só para rectificar a questão geográfica dele, eu realmente pensava que a aproximação das pessoas e das ideias não se fazia por estar sentado mais para aqui ou mais para ali, mas pronto há quem pense de maneira diferente, primeiro ponto. Segundo ponto, o que eu disse é que neste caso concreto, numa próxima campanha eu já não andaria a utilizá-lo contra o Executivo PP/CDS, o que é completamente diferente. Em terceiro lugar, folgo muito que o Sr. Custódio Ramos tenha forças e vontade para continuar sempre a dizer o que quer, para dar a cara, etc. porque é assim que a gente gosta dele, ele faz imensa falta, é dessa maneira de outra forma não, mas isso nunca esteve em causa, ele desabafa as vezes que quiser, ralha, bate, ameaça, como costuma fazer e nós todos gostamos muito dele, ele faz imensa falta nesta Assembleia, nesse partido ou noutra partido qualquer; mas eu não consigo vê-lo noutra partido”.

Vogal Rosa Pires:

“Sr. Presidente Srs. Deputados muito brevemente, ocorreu há dias a primeira exposição pública sobre o Plano de Urbanização da Cidade, que vem mencionado. E o que eu queria perguntar ao Sr. Presidente, que com certeza esteve com atenção ao desenrolar dos trabalhos nessa sessão e à participação que ela teve,, que conclusões retira do que lá se passou em termos do processo de planeamento que está em curso? Era só isto, muito obrigado”.

Entretanto saiu da sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem

Presidente da Câmara:

“Voltando ao problema de intervenção na Rua no canal, só para reafirmar que a Câmara tem um protocolo feito com a Direcção Geral de Portos e mandou publicar hoje o aviso para o concurso para fazer a obra, pronto para acudir ao “desastre”. Quanto aos sem abrigo, é uma situação que tem de facto preocupado as entidades, tem preocupado a Câmara e o alerta foi dado há uns meses atrás vindo dum local que não seria de esperar, foi exactamente do Hospital, na medida em que no Inverno alguns sem abrigo se abeiravam das urgências para poderem descansar. A partir daí, houve contactos com outras entidades voltadas para estes problemas e tem havido algumas reuniões onde tem participado a Senhora Vereadora e técnicas do Serviço Social da

Câmara Municipal. Para esse efeito é necessário encontrar um edifício com algumas condições, que possa ser colocado ao dispôr dos sem abrigo, que porventura até estão por aqui estabilizados e outros que são passantes, em que possam dormir, em que possam ter uma refeição e enfim, fazer a limpeza que naturalmente é obrigatória no caso de entrarem nessas instalações. A Câmara comprometeu-se e está a tentar arranjar essas instalações, participou já na aquisição de uma localizada junto à empresa Bóia, que era um prédio da JAPA e que tomamos conhecimento que ia ser vendido em hasta pública. O Sr. Eng. Victor em representação da Câmara foi de facto candidatar-se a essa hasta pública e a partir daí nós colocaríamos esse edifício ao dispôr de uma instituição, como a CARITAS ou as FLORINHAS DO VOUGA ou outras que pudessem de facto dirigir esse estabelecimento. Infelizmente, não foi possível, porque os compradores tinham propostas muito mais elevadas e um dos vizinhos apresentou uma proposta que a Câmara não conseguiu portanto adquirir esse edifício. Estamos na procura de outro para ver se resolvemos esse problema antes que se agudize, embora não seja ainda uma coisa muito complexa. Porque o caso que focou é um caso conhecido de todos nós, andam aí pela rua, eles não tem condições de viver, eles não se adaptam a viver num apartamento, é muito difícil.

Relativamente ao convite ao Sr. Presidente da Vera-Cruz, eu não sei dar resposta, não faço ideia se foi convidado, se não terá sido.

Quanto ao Plano de Urbanização eu não sei bem onde o Sr. professor quer chegar, mas as conclusões que tirei é que é importante que se converse sobre ele. Ali foram apresentadas num curto espaço de tempo algumas sugestões e foram feitas algumas críticas. A segunda conclusão que tirei, é de que o Plano já está um pouco avançado, já está numa fase de ante-plano de Urbanização o que também é significativo. Terceira, é que houve algum atraso no trabalho do plano e como está a haver noutros planos. Mas também, como o professor Rosa Pires sabe e tem acompanhado muito de perto e tem sido até muito colaborante até com as suas intervenções e com o seu trabalho, tudo se deveu um pouco a dois aspectos que já aqui foram focados: o elevado número de planos de pormenor em execução e algumas dificuldades do Gabinete de Planeamento de dar resposta a petições e a solicitações desses gabinetes a quem foram adjudicadas obras, e em segundo lugar e também muito importante, o encontrar a concertação entre todos esses Planos e o Plano de Urbanização. Houve um compasso de espera necessário nesse sentido, caso contrário poderíamos a fazer Planos de Pormenor e fazê-los completamente desconcertados com o Plano de Urbanização. Estas foram as conclusões que assim de repente pode tirar, e que

naturalmente vão levar a que possamos ter nova reunião em breve e recuperar algum tempo perdido.

Dado o adiantado da hora e não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00:30 horas da manhã do dia 28.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


António de Jesus Dinis Correia

Manuel Augusto Botas Henriques

Plano de desenvolvimento

26-1

1-A (PQ)

Moção

Considerando:

- que, em informação do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, (Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas) com data de 4 do corrente, referente às principais obras e infra-estruturas rodoviárias da JAE e da BRISA em curso, ou a lançar em 1997, 1998 e 1999, não está referida qualquer obra no Distrito de Aveiro, nomeadamente a construção do IC1;
- que, em Novembro do ano passado, em reunião realizada no Governo Civil de Aveiro, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Crisóstomo Teixeira, anunciou que esta infra-estrutura, fundamental para o desenvolvimento do Distrito, iria a concurso público em Junho/Julho deste ano, o que não é confirmado por aquela informação.

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida a 27 de Junho de 1997, decide:

- manifestar publicamente a sua preocupação pelo que parece ser mais um adiamento injustificado da continuação da construção do IC1, nomeadamente no Concelho e no Distrito de Aveiro;
- solicitar, através da Mesa, ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território o cabal esclarecimento desta situação.

Aveiro, 27.6.97

O Proponente:

M. Havel do S. H. P.

Anexo: Informação do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas